ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008

ACTA Nº 31

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012

3 – Mapa de Pessoal para o Ano de 2009

4 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia - Alterações

5 – Projecto de Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)

6 – Regulamento das Condecorações do Município de Palmela: Constituição da Comissão Municipal de Condecorações

7 – Projecto de Regulamento de Actividades de Animação Sócio-Educativa da Educação Pré-Escolar, rede pública

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sra. Carla Cristina Monteiro da CDU
- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU
- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Carlos Guinote, justificou ausência à sessão extraordinária de 17 de Novembro, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.
- Sra. Carla Cristina Monteiro, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos de acompanhamento de familiar directo (mãe) a consulta médica, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José da Conceição Pato que se encontra presente.
- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos, justificou ausência à sessão de hoje, por impedimento de carácter pessoal, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel da Cruz Silvério que se encontra presente.
- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Engº. Mário Brinca, Vogal da Junta, que se encontra presente.

Solicita aprovação das minutas das actas nº. 25, de 10.04.2008, 27 de 11.06.2008, 28 de 26.09.2008, 29 de 09.10.2008 e 30 de 17.11.2008, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Pergunta se algum Membro tem observações a fazer em relação às actas.

Sr. José Manuel Silvério do PS, informa que já deu conhecimento ao secretariado duma pequena rectificação a efectuar na acta nº. 25.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções coloca as actas à votação tendo sido aprovadas por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Solicita, ainda, a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Informa que foram entregues na Mesa três Moções, duas da CDU e uma do BE que irão ser apresentadas neste período.

De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes e votos de Boas Festas.

A primeira questão que irá colocar servirá de reflexão aos Membros da Assembleia bem como ao Executivo e tem a ver com os concursos públicos das obras realizadas pela Câmara Municipal.

Tem verificado que, regra geral, os valores de licitação com que os projectos de obras vão a concurso são sempre muito superiores aos valores de adjudicação, como são os casos da obra de saneamento de redes de drenagem de Brejos do Assa, execução de infra-estruturas na rua 5 de Outubro em Quinta do Anjo e escola EB1 de Poceirão.

Alguns dos presentes poderão pensar que se a Câmara tem um valor de licitação e os concorrentes apresentam valores mais baixos significa que a Câmara está a fazer um bom negócio, o que não é verdade. Se se partir do princípio de que os projectos são bem calculados, então, os empreiteiros, em todos os casos de obras apontados, para não perderem dinheiro teriam que as fazer mal feitas e assim se ficaria a entender e perceber o que aconteceu com a escola de Cajados. Três meses depois da sua inauguração este edifício novo tem que ir para obras, na altura do Natal, porque tem deficiências em mais de oitenta por cento do edifício. Tem sérias dúvidas que depois das obras feitas esta escola volte a ficar em condições pelo que questiona se a Divisão de Projectos e Fiscalização da Câmara estará a funcionar da melhor forma.

O maior perigo desta situação é que se houver combinação de preços entre os empreiteiros, pode acontecer que apareça apenas um concorrente e aí existe toda a legitimidade para ter dúvidas. Esta situação aconteceu recentemente aquando do concurso de construção da escola de Val'Flor, orçada em dois milhões seiscentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um euros. Quando o Executivo foi questionado por um vereador da oposição, o Sr. vereador Adilo Costa, responsável pelas obras públicas, respondeu que esperava que tivessem aparecido mais propostas e a Sra. Presidente referiu que a empresa era responsável pelo projecto e pela execução da obra pelo que não haverá trabalhos a mais ou omissões ao projecto.

Diz ter em seu poder documentos que referem a posição do PCP sobre obras entregues desta forma, quer a nível do poder central ou local, que pode mostrar a quem estiver interessado, mas apenas vai salientar a falta de confiança que a Sra. Presidente tem nos serviços de obras e projectos da Câmara porque em sua opinião não sabem fazer bem os projectos, uma vez que existem muitos erros e omissões. Pergunta porque é que se gasta tanto dinheiro em mandar fazer projectos fora. Refere que na obra de ampliação da construção da escola nº. 2 de Pinhal Novo/Salgueiro Maia se gastou dinheiro num concurso a um arquitecto do exterior e pagou-se noventa mil euros num projecto feito fora dos serviços da Câmara. Com situações desta natureza verifica-se que a Câmara de Palmela é uma Câmara rica.

Refere os problemas de iluminação pública existentes no Pinhal Novo, concretamente entre o Largo José Maria dos Santos e a Av. Alexandre Herculano, que nem com a iluminação do Natal consegue ser melhorada porque fica tapada pelas árvores. Esta imagem não tem nada a ver com a alegre vila do Pinhal Novo. Refere que na passada semana assistiu a dois choques em cadeia na Av. Alexandre Herculano porque à noite, os peões só são avistados pelos condutores já em cima das passadeiras. Toda esta situação podia ser evitada se a iluminação fosse rectificada.

Outra questão tem a ver o com o reordenamento da rede escolar do 1º. Ciclo na freguesia de Poceirão. Verifica na página cinquenta e nove do Relatório da actividade municipal, nas candidaturas a financiamentos externos, a reconversão das escolas de Lagoa do Calvo e Lagameças para jardins de infância o que significa que estas escolas serão fechadas e passarão só a ser jardim de infância.

Tem que ficar muito claro que a freguesia de Poceirão, neste momento, tem cinco escolas de 1º. Ciclo (Aroeira, Forninho, Lagoa do Calvo, Poceirão e Lagameças) frequentado por duzentos e cinquenta alunos. A Carta Educativa do concelho de Palmela, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, por este Executivo, por esta Assembleia Municipal e pelo Governo, preconiza que a freguesia de Poceirão fique com três núcleos escolares do 1º. Ciclo: um no Poceirão, outro nas Lagameças (que é o maior núcleo urbano da freguesia) e outro na Lagoa do Calvo.

É bom que as pessoas do Poceirão presentes nesta sala saibam que a Câmara pretende encerrar todas as escolas do 1º. Ciclo da freguesia do Poceirão e colocar todas aquelas crianças num estabelecimento a construir dentro do espaço físico da EB2/3 de Poceirão, cuja tipologia tem capacidade máxima para leccionar com vinte turmas e que no seu segundo ano de vida já tem vinte e uma turmas e quatrocentos e quarenta alunos. Em 2010/2011 serão mais de seiscentos alunos só de 2º. e 3º. Ciclos.

Àquelas pessoas que diziam não haver alunos para uma escola daquela tipologia naquela comunidade gostaria de dizer que hoje devem sentir uma enorme vergonha.

Não se questiona a importância de reorganizar a rede escolar daquela comunidade nem melhorar as novas valências educativas com novos equipamentos, que permitam uma melhor qualidade de vida e de ensino àquelas crianças. Questiona-se sim um planeamento feito à revelia de tudo, coisa que o PCP tanto critica aos outros, à revelia das condições técnicas e físicas da escola 2/3 do Poceirão que só contempla no seu projecto inicial a eventual construção de uma escola para seis salas. Esta situação foi protocolada entre a Câmara e a DREL e serviria para acolher a escola do Poceirão, e não todas as outras, com um máximo de cento e vinte alunos. Também foi à revelia da Carta Educativa do concelho que levou cinco anos a fazer e foi das

primeiras a serem aprovadas no Ministério. O mais grave de tudo é que a Câmara pensa encerrar estas escolas sem consultar a população e comunidade educativa da área, por isso não venham dizer que a culpa é dos Governos porque ninguém obriga a tomar esta atitude.

Em relação ao ambiente é sua opinião que o concelho de Palmela tem de ser um exemplo em termos ambientais porque já o é pelos aspectos naturais. Para ser um concelho amigo do ambiente deve-se agir como tal criando mais espaços verdes; preocupando-se com energias renováveis nos novos edifícios escolares a serem construídos no concelho de modo a serem auto-suficientes em termos energéticos, e não só na escola de Val'Flor por se tratar de um edifício grande, bem assim como nos edifícios públicos; em relação à reciclagem de óleos alimentares diz que a Amarsul já tem há muito tempo ecocentros para este efeito noutros concelhos e só agora é que se começa a ouvir a Câmara dizer que Palmela também vai ter, pelo que pergunta porque é que este concelho fica sempre para trás.

Para terminar gostaria de deixar uma nota sobre a actividade da Câmara Municipal em relação aos equipamentos culturais. Diz que nas páginas quarenta e quarenta e um do relatório são comparadas as actividades do Centro Cultural do Poceirão e do Auditório Municipal de Pinhal Novo. Apraz-lhe registar a referência ao Centro Cultural do Poceirão, porque é a sua freguesia, com mais actividades e mais presenças só que muito honestamente tem dúvidas que todas as actividades do Auditório Municipal estejam a ser contabilizadas, dando como exemplo as organizadas pela Escola Secundária de Pinhal Novo que leva muita gente a assistir. Essa situação é má para a imagem do Pinhal Novo porque a ser assim existe um equipamento que está subaproveitado. Custa-lhe a acreditar que o Centro Cultural de Poceirão tenha sempre dados superiores ao Auditório Municipal de Pinhal Novo e se pertencesse à Junta de Freguesia de Pinhal Novo já se tinha incomodado com esta questão há muito tempo.

Sr. Presidente da Mesa, diz que antes de dar continuidade à sessão gostaria de ler o Artº. 35º. do Regimento.

Chama a especial atenção para o facto de que, tendo em conta o que está estabelecido no nº. 3, as intervenções referidas na alínea b) do nº. 1 não poderão exceder trinta minutos por cada lista com assento na Assembleia. Isto vem a propósito para dizer que o Membro da Assembleia que acabou de intervir, e que foi ouvido por todos com muita atenção, utilizou cerca de quinze minutos pelo que ao Partido Socialista restam quinze minutos.

De imediato dá a palavra ao orador seguinte.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que ouviu com muita atenção a intervenção do Sr. José Manuel Silvério, nomeadamente as questões relacionadas com a temática da educação, e o mínimo que lhe apetece dizer é que este senhor só vê com um olho uma vez que só fez críticas e as direccionou para a Câmara Municipal. Não apresentou uma única proposta, uma única ideia pelo que este facto é bem revelador daquilo que tem sido a prática política do Partido Socialista neste concelho. O Partido não tem projecto, nem uma ideia sequer para o desenvolvimento do concelho.

Em relação ao olho que não vê, porque está fechado, revela o que tem sido a prática política deste Governo em matéria de educação no país. Se o Sr. José Manuel Silvério estivesse com atenção também saberia que no concelho existem duas escolas secundárias e nenhuma

delas tem um pavilhão desportivo em funcionamento. Em relação a esta situação este senhor ignora e não diz nada como também não vê a profunda instabilidade que está criada nas escolas com os professores em luta e os alunos a manifestarem-se provavelmente porque não lhe interessa.

Em relação a este último assunto a CDU irá passar a apresentar uma Moção em solidariedade com os professores e sobretudo em defesa da escola pública. Fazem-no por duas ordens de razões, em primeiro lugar porque consideram que não podem ficar indiferentes perante o estado de turbulência que se vive hoje nas escolas portuguesas em que a grande maioria dos professores se insurge contra um modelo de avaliação que segundo referem os prende a um emaranhado de tarefas administrativas e burocráticas e lhes retira tempo para aquilo que é a sua função essencial que é ensinar. Por outro lado entendem que qualquer reforma deste tipo deve ser feita com os professores e não contra os professores sob pena de que, se assim não for, venham a acontecer impactos muito negativos no ambiente escolar da aprendizagem e sejam prejudicados não só estes profissionais do ensino mas o normal funcionamento das escolas com consequências muito graves para os alunos e suas famílias. Preocupa-os que a intransigência negocial do Governo esteja a pôr em causa o sistema público de ensino, esteja a criar um clima de profunda instabilidade nas escolas e estejam a ser prejudicados centenas de milhar de estudantes e suas famílias.

De imediato passa a apresentar a Moção que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que a Moção apresentada levaria a um debate de uma sessão e vem ao encontro da que irá ser apresentada pelo BE.

Aproveita para se referir às duas Moções, uma vez que têm a mesma substância, dizendo que quer a CDU quer o BE ou andam a ler os volumes sobre a matéria errada ou então não entendem o que andam a ler. Todos os presentes lêem, ouvem e sabem o que se passa pelo que está disponível para um debate sobre a educação uma vez que tem em seu poder matéria suficiente para desmontar toda a situação.

Neste momento isso não é possível porque a ordem de trabalhos da Assembleia é extensa, mas quer dizer que nunca ouviu nem conhece negociação aberta em que uma das partes diga categoricamente que não abdica duma situação. Aquilo que tem ouvido, e visto, é que os professores não abdicam da suspensão imediata da avaliação. Tem ouvido o Ministério da Educação dizer que está aberto ao diálogo, a Sra. Ministra faz reuniões permanentes com os professores e chega-se sempre à estaca zero porque o grande cérebro desta manifestação, que há cerca de trinta anos não dá uma aula e deve ter problemas em saber o que é o ensino, vem feliz para a televisão dizer que não conseguiram e por isso irão fazer greve.

Já estão habituados a que a CDU faça sempre ao contrário do que qualquer outra estrutura com coerência e boas intenções faz. A greve em qualquer parte do mundo é a última situação depois de esgotado o diálogo. Em Portugal faz-se ao contrário porque primeiro é a greve,

mesmo que estejam a decorrer negociações, e depois se verá. Faz-lhe lembrar uma situação em que umas sumidades que estão habituadas a negociar diziam que primeiro se liquidava tudo aos trabalhadores e a seguir se via quem ficava com a empresa.

Isto não é uma negociação séria nem honesta, porque o que tem ouvido é que o Ministério está aberto às negociações e, quem não quer abdicar duma parte, que é a suspensão imediata da avaliação, parece-lhe que são os professores e mais concretamente porque todos sabemos como é que a educação estava neste país comandada até agora pela Fenprof. Se a educação estava mal é porque concerteza alguma coisa estava errado na Fenprof porque se não querem aceitar é um problema dos professores.

Termina dizendo que existem coisas em que estão de acordo, porque não há perfeição em tudo o que se faz, mas não se pode atirar o ódio da situação actual só para cima duma estrutura.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que gostaria de colocar uma questão de método em relação às intervenções uma vez que o Sr. Presidente evocou o Regimento, e muito bem, após a intervenção do Sr. José Manuel Silvério. Em sua opinião deveria tê-lo feito logo no início não deixando que o Partido Socialista esgotasse cinquenta por cento do seu tempo, mas é uma questão já ultrapassada.

Concretamente existem duas Moções que versam sobre a mesma matéria, uma da CDU e outra do BE, pelo que sugere que a discussão seja conjunta para as intervenções não serem repetidas.

Sr. Presidente da Mesa, responde dizendo que deverá fazer o mesmo que o Sr. Membro António José Santos que falou sobre as duas Moções.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que intervirá mais tarde uma vez que não irá participar na discussão das Moções.

Sr. Dra. Celeste Oliveira do PSD, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Analisou as Moções à medida que foram chegando à bancada e parece-lhe que as duas se cruzam sendo muito similares em relação ao seu conteúdo, existindo apenas uma pequena diferença uma vez que uma já foi admitida a discussão e outra ainda não. Caso não haja inconveniente irá pronunciar-se sobre as duas.

Os professores sempre foram pessoas sérias e honestas. Como pessoa séria e honesta, e parte directamente envolvida no processo de avaliação de professores, gostaria de fazer alguns considerandos.

Contrariamente àquilo que se diz, os professores sempre foram avaliados, se a avaliação era boa ou má é muito discutível. Quando se olha para o presente modelo há que ver que não é eficiente nem sequer eficaz. É um modelo que peca por uma burocracia excessiva, por um conjunto de papéis que ninguém entende e era bom que nesta matéria fosse tomado em conta que a falta de eficiência e de eficácia alterou significativamente o clima de escola. Neste momento o clima de escola está de "cortar à faca", uma vez que há pessoas que não se falam e não é uma situação de uma escola mas de muitas escolas de acordo com o seu conhecimento pessoal.

Não se percebe que o modelo de avaliação não seja igual ao das outras escolas da comunidade europeia. Viu há dias uma reportagem sobre outros países e o modelo português é diferente. Também não se percebe porque é que o modelo é importado de países da América latina como o Chile e Colômbia. Sabe que se atravessa uma fase em que é preciso economizar, o país está em crise mas em sua opinião sendo um país da união europeia o modelo deveria seguir na mesma direcção.

Há uma coisa que a espanta nesta fase uma vez que há mais dum ano que se fala do modelo de avaliação e de avaliação, pelo que gostaria de saber quem foram os autores deste modelo. Provavelmente se viessem explicar o seu funcionamento e aplicabilidade seria mais fácil perceber todo o processo mas, como até agora não deram a cara, tudo leva a crer tratar-se de um modelo encomendado. Teve acesso a outros modelos de avaliação de empresas, de outros grupos profissionais, e não encontrou nenhum modelo tão complexo como o dos professores.

Quando se vêem as notícias na comunicação social verifica-se que toda a gente tem razão, os sindicatos reivindicam a razão para si e o Ministério também o faz. Pergunta se num país transparente em que os portugueses precisam saber a verdade e acima de tudo os professores precisam ser esclarecidos, porque é que se fecha a porta à imprensa impossibilitando-os de assistir aos debates. Desta forma as notícias seriam transmitidas e ninguém teria dúvidas.

Existem situações que são incómodas como é o caso da avaliação ao seu orientador de estágio. Foi ele que a avaliou, foi ele que lhe deu indicações e agora vai ter o que o avaliar. Este é um exemplo de que há coisas que não se percebem neste modelo.

É opinião da bancada do PSD que, com tanta discussão sobre o assunto, seria preferível ter parado o modelo numa dada altura para se efectuar uma análise séria do mesmo e não andar a colocar remendos. Não é dizer que este ano é este modelo e que no próximo se irá melhorar.

Uma vez que o que nasce torto tarde ou nunca se endireita, pensa ser altura de parar, fazer uma reavaliação total e fazer as coisas com cabeça, tronco e membros, em vez de se andar com medidas avulsas.

É preciso coragem para assumir que não há dinheiro, que o país está com sérias dificuldades sendo preferível não haver aumentos de vencimentos uma vez que as avaliações implicam progressões nas carreiras. Se não pode haver progressões as pessoas aceitam e até compreendem a situação. O que não compreendem é que seja criado um modelo que dificulta a vida às pessoas que têm alunos a seu cargo sendo eles a prioridade de toda a gente. Há que ter a coragem de dizer a verdade e não inventar dificuldades para a vida às pessoas mais do que aquilo que já está dificultada.

Termina dizendo que se o modelo é tão bom e se é tão generoso deixa a sugestão para que seja aplicado à justiça, à saúde e aos gestores deste país.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, diz que ouviu com agrado a intervenção da professora Celeste Oliveira relativamente a alguns aspectos práticos relacionados com o processo de avaliação que de alguma forma elucida bem em relação a alguns dos aspectos prejudiciais do modelo de avaliação.

Quanto àquilo que foi referido pelo Sr. Membro António José Santos não sabe se acredita mesmo que são os professores que não abdicam da suspensão do processo de avaliação, que

não querem negociar ou se é a Sra. Ministra que continua com a sua intransigência a não querer ouvir as justas reivindicações e propostas alternativas que têm sido feitas. Em sua opinião o que se passa é a segunda opção.

Em relação à negociação crê que as pessoas já perceberam que não houve nenhuma negociação mas sim um simulacro de negociação e uma tentativa permanente e sistemática do Governo de virar a opinião pública contra a classe profissional dos professores.

Os professores dizem, e bem, que têm que ser avaliados e têm-no sido, mas querem ter um bom modelo de avaliação e não um mau modelo. Querem ter um modelo orientado para detectar e corrigir insuficiências, para actuar sobre o sistema educativo no sentido de o melhorar e não um modelo burocrático que tem subjacente apenas ideias economicistas e que prejudica claramente o funcionamento das escolas e do sistema educativo.

Gostaria de perguntar à bancada do Partido Socialista se considera que todos os professores estão errados nestas manifestações de protesto que têm feito. Recorda que na última grande manifestação que aconteceu em Lisboa estiveram presentes cento e vinte mil professores, oitenta por cento da classe profissional. Serão cento e vinte mil pessoas que estão erradas? Será a Ministra da Educação? Ou o Primeiro-Ministro José Sócrates e o Governo?

Preocupa-os que esta contestação em vez de parar tenha vindo a intensificar-se e que muitos destes professores que estão na rua, e nas escolas, a insurgir-se contra este modelo de avaliação sejam membros do Partido Socialista e façam questão de o dizer. Dirigentes e destacados militantes do Partido Socialista como Manuel Alegre, António José Seguro também têm falado contra a intervenção do Governo nesta matéria como noutras. Gostaria de recordar duas frases proferidas por um destes dois dirigentes do PS que dizia que*: "… governar à esquerda não é só fazer sem discutir é discutir primeiro e fazer bem …"* e *"… a arrogância não pode ser a marca de um Governo de esquerda …"* .

Quanto a esta última, diria de outra forma: "que a arrogância não pode ser a marca de um Governo dito de esquerda e que um verdadeiro Governo de esquerda deve fazer tudo para defender o ensino público" que é coisa que o Partido Socialista não tem feito ao longo destes anos de governação, mas essas já são formulações suas.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Não pensava intervir em relação à Moção mas gostaria de referir uma afirmação feita pelo Sr. Membro António José Santos que não pode deixar passar em claro porque há afirmações sonantes que devem, apesar de tudo, ser rebatidas.

O Sr. Membro António José Santos referiu, taxativamente, que o Ministério da Educação até ao momento da entrada em funções deste magnífico Governo, tinha sido gerido ou dominado pela Fenprof. Quer dizer que a afirmação é caricatural e todos os Governos, apesar de poder melhor falar dos Governos do PSD, discutiram, tiveram divergências, zangaram-se, voltaram a discutir com todas as frentes sindicais sendo que as duas maiores frentes sindicais são a Fenprof e a FNE – Federação Nacional de Educação. Até houve tempos em que se dizia que era a FNE que mandava no seio da educação. Os temas que hoje a Sra. Ministra da Educação, e o Governo, colocam como sendo temas perfeitamente inovadores são os mesmos que se discutiam há vinte anos atrás. Como é do conhecimento geral houve uma lei de reforma das bases do sistema educativo em 1986, no tempo do Ministro João de Deus Pinheiro continuando pelo Ministro

Roberto Carneiro e pelos sucessivos governos, e a verdade é que os problemas que hoje se discutem, o modelo de gestão das escolas, a autonomia das escolas, a avaliação de professores que existiu já, carreira docente, todos os problemas existiram e eram semelhantes aos de hoje.

Gostaria também de lembrar que o Partido Socialista acabou, em 1996, com outro modelo de avaliação dos professores que era obviamente discutível por ter pontos fracos e fortes mas que estava a começar a dar os seus frutos. Lembra a expressão popular "com ferro mata com ferro morre" para dizer que não sabe até que ponto o Partido Socialista não vai morrer com este ferro.

Em conclusão, é absolutamente necessário ao país que se crie um modelo de avaliação de professores que seja simples e eficiente, e sobretudo um modelo que não perturbe e até dê cabo da actividade escolar que é o que está a acontecer actualmente.

Sr. António José Santos do PS, diz que a única alternativa apresentada ao Ministério da Educação na última reunião pelo Sr. Mário Nogueira, que esteve sentado junto do camarada Jerónimo de Sousa, foi uma folha A4 com a auto-avaliação para os professores.

Sr. Presidente da Mesa, coloca á votação a Moção apresentada pela CDU tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 da CDU, 4 do PSD e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos a todos os presentes desejando em seu nome pessoal, e do Partido Socialista, votos de Bom Natal solidário e em fraternidade e sem esconder a inúmeras dificuldades que os esperam em 2009 possam, no mínimo, ter saúde e vontade de continuar o combate a todos os perigos que espreitam.

Nesta óptica quer relembrar o dia 10 de Dezembro de 1948 e saudar os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e referir a continuada actualidade do seu Artº. 1º.: *"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."*

Vive-se um momento em que vários discursos políticos tanto falam de direitos humanos e na prática a geopolítica, os interesses imperiais, os roubos sem pudor a que se assiste no sistema financeiro, os exemplos do Iraque, do Zimbabué, da Coreia do Norte e tantos outros poderes despóticos que tentam abafar a liberdade dos povos.

O combate ao terrorismo utilizando métodos que constituem uma violação da proibição da tortura, Artº. 5º. da Declaração, o direito a um julgamento justo violando o Artº. 8º. e a proibição de prisões arbitrárias violando o Artº. 9º., são só pequenos exemplos das ameaças que têm que ser combatidas.

A mais séria ameaça é a da pobreza extrema em que vive grande parte da humanidade resultando das grandes disparidades económicas e do endeusamento do modelo neo-liberal do mercado predador que considera os direitos económicos e sociais como privilégio de alguns e não como direitos de todos.

Cabe a todos os que se identificam com os ideais e causas do socialismo democrático pugnar para que se cumpra que: *"Todos os seres humanos nasçam livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e hajam uns para com os outros em espírito de fraternidade."*

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos a todos os presentes desejando votos de Boas Festas.

Gostaria de se referir à intervenção inicial do Sr. Membro José Manuel Silvério em relação à vila de Pinhal Novo que subscreve inteiramente. Por vezes é triste atravessar a vila porque os problemas referidos são reais e merecem da parte da Câmara Municipal de Palmela uma resolução.

Em termos de trânsito, arranjos paisagísticos, quer em termos ambientais, Pinhal Novo já merecia a ideia apresentada pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira, ou seja, um Polis que reformulasse a vila.

Reputando de muito grave o facto da Escola Secundária de Pinhal Novo não ter um pavilhão desportivo e da Escola Secundária de Palmela ter um pavilhão a cair, que não pode ser utilizado e não é reconstruído, não gostaria contudo de deixar de referir um outro episódio. Diz, não fazer condenações sumárias sem ouvir os intervenientes e apesar de condenar o método, referindo-se ao episódio protagonizado pelo Sr. Presidente da Junta de Poceirão relativamente à picareta e azulejos da escola porque não é ideal para resolver os problemas, gostaria de tentar perceber o porquê daquela situação e se haverá alguma razão de suporte para aquele acto. Gostaria ainda de saber o que pensa a bancada da CDU acerca da situação.

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta cumprimentos a todos os presentes desejando um próspero ano de 2009, se bem que as nuvens negras no horizonte não adivinhem grandes sucessos para as pessoas. Caberá a cada um fazer os possíveis por viver o melhor que puder.

O ano de 2008 irá terminar com a maior das apreensões não se sabendo ainda onde a crise levará o país. Está a falar da política nacional e mundial apesar de, recentemente, o Sr. Membro Miranda Lemos se ter insurgido contra as intervenções que tratam dos problemas nacionais. O problema local é um problema que é resolvido com a política nacional porque está tudo ligado e até compreende o incómodo da bancada do PS quando se fala de política nacional.

Quanto á intervenção do Sr. Membro José Manuel Silvério diz concordar com alguns pontos porque em relação à iluminação de Pinhal Novo há protestos e uma situação dessas tem que ver com a segurança das pessoas.

A sua intervenção sobre a política nacional, neste momento preciso, ainda faz mais sentido porque as Assembleias Municipais devem ser eco do que atinge os cidadãos em cada concelho. O Governo, e a sua orquestra de analistas do regime, procuram impingir que a crise vem de fora como se não tivessem culpas nenhumas. Toda a gente sabe que o Governo faz parte da orquestra do neo-liberalismo, faz parte do poder desta globalização, faz todo o apoio e não se tem oposto a esta globalização. Nem sequer a crise é resultado de meia dúzia de malandros, como é costume dizer-se, que roubaram nos bancos ou foram gananciosos. Agora todos os que têm apoiado esta política vêm dizer que tem que mudar, tem que haver fiscalização das contas dos bancos, mas até aqui têm estado calados.

Do ponto de vista do Bloco de Esquerda, e mau grado a fome no mundo, a crise deve-se a excesso de oferta porque esta sociedade não é planificada e depois como há desemprego ainda pior porque não se compra e resulta um excesso na produção e despedimentos nas fábricas. Esta sociedade está sendo levada ao extremo do individualismo que caracteriza mesmo o neo-

liberalismo. Gostaria de lembrar Karl Marx que no Capital dizia: *"…O capital tem horror à ausência de lucro. Quando fareja um benefício o capital torna-se ousado. A vinte por cento fica entusiasmado, a cinquenta por cento é temerário, a cem por cento enlouquece à luz de todas as leis humanas, a trezentos por cento não recua diante de nenhum crime …"*. Como se pode ver estas palavras são actuais e até parece que Karl Marx está vivo.

No plano interno, e segundo o Governo, os bancos têm sabido gerir bem os depósitos. Passadas algumas semanas aqui está o resultado com vários bancos a entrarem em crise. Contra todas as evidências o Primeiro-Ministro disse que 2009 iria ser um ano de progresso para o nosso povo. Ontem já veio dizer que 2009 irá ser um ano muito difícil pelo que não percebe a contradição. No fim de contas o Primeiro-Ministro está a imitar o Ministro das Obras Públicas que há algum tempo dizia que:*"… o aeroporto na margem sul, jamais…"*. Perante todas estas contradições pode-se dizer que este Governo é o Governo dos "barraqueiros", mas não é tanto assim porque sabem muito bem o que estão a fazer e tanto assim que através do seu poder absoluto, da maioria absoluta, não ouvem ninguém.

Em relação à Moção que irá passar a apresentar gostaria de dizer ao Sr. Presidente da Mesa que esta Moção foi a primeira a entrar.

Sr. Presidente da Mesa, responde dizendo que não foi a primeira mas sim a segunda.

Sr. Carlos Guinote, passa a ler a Moção que ficará apensa à acta.

Relativamente ao assunto da Moção, e tendo em conta a intervenção do Membro da bancada do PS, gostaria de dizer que a Ministra da Educação no Parlamento disse que estava disponível para alterar ou mesmo suspender o processo mas desde que seja para o ano. Isto é uma incongruência e revelador de uma pessoa que não tem carácter, significando que o Governo do PS tem maioria absoluta e não está para fazer cedências. O PS não foi eleito pela maioria da população, foi por cerca de um milhão de votos e mais de quarenta por cento de abstenções, por isso tem que tomar em conta a vontade do povo. Não são só os professores que estão contra o processo mas muita gente da sociedade que está fora do ensino. Tornou-se evidente que só a teimosia do PS é que não percebe que cento e vinte mil professores na rua, que na sua maioria não votaram PCP nem BE, quer dizer alguma coisa.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que a sua intervenção não é bem para discutir mas para reflectir sobre alguns pontos que lhe parecem incongruentes dando de barato que a Ministra da Educação, o Ministro das Finanças e todos os outros Ministros não fazem de certeza tudo bem, e fazem alguns disparates, mas também fazem coisas com algum interesse.

Não pode votar nem admitir uma Moção com este tipo de qualidade porque não significa coisa nenhuma, não tem grande interesse e não acrescenta nada nem à luta dos professores, nem à qualidade do sistema educativo, nem avança absolutamente nada naquilo que se pretende para um sistema de ensino de aprendizagem com melhor qualidade.

De imediato refere vários termos da Moção que lhe parecem chavões e nada significam. É perfeitamente discutível, mas não vai ser discutido aqui, o ponto cinco em que um bom ou mau professor possa ser avaliado pelos resultados dos seus alunos. Tem as maiores dúvidas que isso não possa ser possível dando dois exemplos do seu conhecimento pessoal.

O primeiro refere-se a um professor de Química da Escola Secundária Filipa de Lencastre, em Lisboa, que na sua turma de 12º. Ano tem um grupo de vinte/trinta alunos, , quatro deles entraram para Medicina, e nenhum chumbou na sua disciplina num ano em que as médias foram cerca de seis valores. Pergunta se este não é um bom professor relativamente a outros e merece algum tipo de avaliação. O segundo caso é ao contrário, do que será um bom professor ou um melhor professor do que outro, e tem a ver com um professor que dá aulas numa escola problemática na Cova da Moura, ou num dos outros bairros problemáticos, em que a classificação do aluno pouco contará. Conseguir que os alunos adiram aquilo que o professor está a dar na sua turma e à sua disciplina e conseguir que não haja abandonado deve ser privilegiado em relação a um professor que não consegue segurar os alunos e convencê-los de que a escola é uma coisa boa e de que não se deve abandonar o ensino e a escola.

Em relação à suspensão do processo de avaliação é fácil de dizer o quem vem escrito na Moção mas apresentar alternativas não apresenta. Vê as alternativas dos sindicatos, as do Ministério de Educação mas desconhece a alternativa do Bloco de Esquerda. Quanto à qualificação do serviço docente pergunta como é que se fará, qual o sistema. Em relação à escola pública com qualidade pergunta que tipo de escola é, sem avaliação, uma escola pública que anda ao Deus dará em que cada um faz o que lhe apetece. Diz que o Sr. Carlos Guinote gosta de apregoar contra os modelos dos outros mas ainda não percebeu qual a alternativa que apresenta pelo que lhe é difícil estar de acordo com uma reflexão deste tipo.

Esta Moção não revela qualquer tipo de alternativa proposta pelo Bloco de Esquerda, trata-se de um conjunto de incongruências que não adiantam nem atrasam. Ao parecer que está a defender o ensino e a qualidade de ensino, antes pelo contrário é um texto a desvalorizá-lo e a dizer que cada vez menos o ensino público tem valor. Termina dizendo que o Sr. Membro Carlos Guinote com esta Moção está a desvalorizar o ensino público e a não lhe dar valor.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em relação a esta Moção e à intervenção sistemática do Partido Socialista sobre tanto esta, como a Moção da CDU, como as posições tomadas a nível nacional por alguns dirigentes do Partido fazem-lhe lembrar Confúcio *"…o maior cego é aquele que não quer ver…".*

Atendendo a que este modelo se enquadra na orientação unicamente economicista em que se baseia o actual estatuto da carreira docente, e supondo que numa escola existem dez professores que merecem uma determinada classificação, que são bons, que têm por mérito direito ao Bom ou ao Muito Bom e se se pode subir apenas um ou dois, pergunta se é economicista ou não é economicista. Em sua opinião é pior que isso, é desmotivador porque quem merece e não sobe obviamente que fica desmotivado e é o que se passa em muitas empresas privadas uma vez que este problema não é só do público. Em muitas empresas privadas modelos de avaliação deste tipo são altamente desmotivadores quando têm que ser justos e este modelo de avaliação não é justo.

Quanto à questão referida pelo Sr. Membro Carlos Martins relativamente aos alunos que entraram para medicina foi composta pela questão do professor dum bairro problemático. Se calhar o professor do bairro problemático que consegue manter um aluno até merece uma avaliação superior porque muitas vezes é um trabalho inglório.

É evidente que se pode ir pelo caminho daquele senhor director do programa das Novas Oportunidades que veio aos órgãos de comunicação social dizer aos formadores que os objectivos tinham que ser aumentados, tinham que passar alunos não interessando conhecimentos. Pergunta se com situações deste tipo não é destruir a escola pública, se não é então o que é. O Partido Socialista acha que está no passo certo.

Diz que viu a manifestação e podem-lhe dizer que nem todos eram professores, é evidente que havia professores reformados e familiares de professores, mas a esmagadora maioria eram professores. E se a esmagadora maioria duma classe está contra, tende a dialogar e a resposta é sempre a mesma, pergunta qual a alternativa senão o confronto, como neste caso. É que a política do Ministério da Educação não se resume à avaliação dos professores e faz-lhe lembrar um assunto, esse sim mais de âmbito municipal que é a suposta delegação de competências. Ainda recentemente foi debatida, na Assembleia Metropolitana de Lisboa, a questão dos responsáveis dos Ministérios negociarem, câmara a câmara, os assuntos relacionados com o parque escolar. Termina dizendo que com esta situação pretende-se fazer omoletas com ovos alheios.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que não lhe cabe justificar nem defender a proposta do BE e se será uma boa ou má proposta, nas palavras do Sr. Membro Carlos Martins, mas como já implicitamente reconheceu a proposta da CDU como uma má proposta, e por isso votou contra, apenas pretende aduzir três ou quatro argumentos tentando não se repetir relativamente à excelente intervenção feita pelo seu camarada de bancada Luis Calha.

Diz que uma avaliação é sempre feita para obtenção de resultados e deve ser orientada no sentido de implementar planos de melhoria sobretudo para a prestação de um serviço, é nesse sentido que uma avaliação deve ser construída e essa deve ser a sua filosofia básica.

Neste momento o que se está assistir na educação, como noutros ramos de actividade, é exactamente a inversão desses princípios e quando é dito que há uma visão economicista neste tipo de modelo é que, tal como noutros, quando se impõe quotas implica uma medida de natureza administrativa.

Trabalhou numa empresa pública onde não existiam quotas e não eram necessariamente todos promovidos. Havia sistemas de aferição a nível da cadeia hierárquica que permitia avaliar se eram promovidos vinte, trinta, quarenta, cinquenta ou cem por cento dos trabalhadores.

Hoje há sistemas, metodologias, livros, muita bibliografia sobre esta matéria. Quando se definem quotas é uma medida administrativa que tem um objectivo como no SIADAP, é economicista no sentido em que tem um objectivo que é criar um tecto de progressão, um tecto de evolução. Que exista esse tecto em função do desempenho diferenciado que todos temos na actividade é aceitável, os professores aceitam e os sindicatos nunca disseram que recusavam a avaliação. Agora quando ela tem em si a preocupação essencial que é coarctar a carreira dos

professores, tal como na generalidade dos trabalhadores da função pública e noutros ramos de actividade, estamos perante um objectivo político que manifestamente temos que condenar.

Gostaria também de lembrar que também os sindicatos da UGT, personalidades como Vera Jardim, João Soares, Vítor Ramalho, António José Seguro para não referir Manuel Alegre, têm criticado este modelo o que o leva a deduzir que os membros da bancada do PS devem fazer parte da ala mais à direita do PS porque são das poucas vozes que tem ouvido, tirando o Primeiro-Ministro e o grupo mais restrito do seu staff político, com coragem para defender este modelo. Fica abismado e até desiludido como é que conseguem defender o indefensável.

Em relação aos resultados, é evidente que o resultado dum professor está fortemente condicionado pelo aluno que tem presente e até as próprias técnico-científicas são diferenciadas. Um professor que leccione Matemática ou Motricidade Humana naturalmente que o grau de complexidade da apetência de disponibilidade para aprendizagem é diferente. O professor de Matemática será penalizado relativamente ao professor que lecciona Motricidade Humana só porque essa disciplina é de maior complexidade ou de maior dificuldade de aprendizagem? Um professor que leccione em Cascais ou Oeiras numa zona de classe média superior das áreas metropolitanas tem as mesmas condições dum professor de Cinfães do Douro ou da Brandoa? É evidente que não tem e por essa razão é penalizado neste modelo de avaliação porque as notas contam como um dos factores de avaliação.

Quando a própria Ministra diz que reconhece que este modelo para o próximo ano será objecto de revisão está a assumir e a reconhecer que ele não serve. Só por uma obstinação política básica, que diria irracional mas que vai ter que arrepiar caminho, é que continua a dizer que este ano se aplica mas que será revisto para o ano.

Custa-lhe muito ver os Membros da bancada do PS que são pessoas inteligentes, e terão alguma autonomia de pensamento, defenderem neste momento o núcleo mais retrógrado, mais conservador e mais direitista do Partido Socialista.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que estava a escusar-se de comentar a questão da avaliação de professores uma vez que também é professora, e formadora, e acaba por concordar que haja avaliação aos professores porque se não houver avaliação são todos bons, ou são todos maus, ou são todos vistos da mesma forma. Acha por bem que quem exerce a sua profissão seja avaliado e seja de alguma forma gratificado por aquilo que faz.

Ficou surpreendida por perceber que se criticam as quotas na avaliação. É uma questão discutível, pode-se concordar ou não, no entanto existem quotas no restante sistema público e também no privado, como já foi referido. As do sistema público foram implementadas pelo PSD e até hoje não viu ninguém fazer greves contra o facto de existirem quotas no sistema público. Só agora, e porque sempre que há uma mudança no ensino há greves, é que os sindicatos se pronunciam contra a existência de quotas na avaliação.

Diz que foi avaliada, e autoavaliou-se, enquanto professora no ensino público. Se disser aos seus alunos, aos seus formandos, aos seus alunos do ensino superior, que podem optar entre auto avaliar-se e escolherem a nota que querem ter ou entre serem avaliados por si, mediante um teste ou a demonstração das competências que adquiriram ao longo das suas aulas, qual será a sua opção de escolha? De certeza que vão escolher autoavaliar-se e atribuírem a si próprios a

nota que lhes der mais jeito. É isto que existe hoje em dia na avaliação dos professores e é isto que querem que continue a existir.

Quanto à Matemática, que por acaso é a sua disciplina e a quem ensina, e á sua complexidade também é um assunto muito discutível. Também é muito discutível a questão pedagógica que leva a que os professores de Matemática se juntem em encontros nacionais para discutir novas formas de abordar e ensinar a Matemática de forma a minimizar a aversão, que parece que nasce no berço com as pessoas, a esta disciplina. Em sua opinião é a forma como a Matemática é ensinada que faz com que ela seja tão complexa porque não é de todo complexa.

Quanto às Novas Oportunidades o Sr. Presidente da ANAQ – Associação Nacional para a Qualificação não disse aos formadores para atribuírem certificados a quem não sabe nada ou a quem não tem competências. Esteve presente no 2º.Encontro Nacional das Novas Oportunidades e o que ele disse foi para que os formadores atribuíssem, ou fizessem os possíveis para atribuir, mais certificados para se poder mais rapidamente certificar pessoas que estão em todos os serviços a desempenhar funções para as quais necessitam de competências muito mais elevadas dos que aquelas segundo as quais foram certificados quando terminaram o ensino, ou quando abandonaram a escola, para que mais rapidamente obtenham o certificado e possam ser beneficiadas por competências que foram adquirindo ao longo da vida.

Trabalha num centro de Novas Oportunidades e não está a dar certificados de 12º. Ano ou de 9º. Ano a ninguém, as pessoas têm que provar aquilo que fazem, têm que provar as competências que têm, têm que falar sobre elas e têm que demonstrá-las. Não chegam lá e não lhes saem certificados na "Farinha Amparo" como muitas pessoas podem achar. Se acham que esta medida não é coerente, não faz sentido, tudo bem mas digam isso a pessoas que têm tantas competências como alguns outros com certificação escolar e que ganham muito menos e desempenham as mesmas funções. Digam isso a pessoas que a vida toda desempenharam funções muito específicas, muito técnicas, mas que não têm mais do que um 6º. Ano. Trabalha dentro do parque Autoeuropa, com as diversas fábricas que lá se encontram, e tem líderes de equipa, supervisores de equipa, com o 6º. Ano que agora podem ver reconhecido o potencial que têm e ter um certificado de 12º. Ano.

Termina dizendo que ninguém pediu para dar certificados a ninguém, pediram sim para trabalharem mais rapidamente com estas pessoas de forma a atribuir-lhes os certificados que elas merecem pelas tarefas que desempenharam ao longo de toda a sua vida.

Sr. Carlos Guinote do BE, não vai responder a tudo o que o Sr. Membro Carlos Martins lhe solicitou, pela hora já avançada, mas responderá ao essencial.

Aproveita para dizer que não se vai repetir relativamente ao economicismo porque os Srs. Membros Carlos Vitorino e Valentim Pinto já disseram o suficiente sobre o assunto e crê que o Sr. Membro Carlos Martins compreendeu perfeitamente onde é que o Governo quer ir buscar o dinheiro.

Em relação às alternativas que solicitou diz que estão bem explícitas na Moção.

Quanto às classificações pelos alunos diz que tem ido a várias escolas e aconselha-o a ir à escola da Bela Vista, em Setúbal, ouvir os professores relativamente aos problemas das crianças e respectivos agregados familiares. Há muito mais escolas com problemas semelhantes e as

directivas não podem ser iguais para todas. A culpa do desinteresse pela escola não é dos alunos mas sim de quem tem dirigido o ensino.

Sr. Presidente da Mesa, coloca á votação a Moção apresentada pelo BE tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 da CDU, 4 do PSD e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, apresenta cumprimentos a todos os presentes.
De imediato passa a ler Moção sobre PIDDAC 2009 que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).
De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. António José Santos do PS, antes de intervir na discussão da Moção apresentada gostaria de manifestar o seu desagrado pelo facto de ter sido alcunhado pelo Sr. Membro Valentim Pinto de "direita". Não lho admite, nem a ninguém, e não aceita lições de democracia seja de quem for. Se o Sr. Valentim Pinto entender que a bancada do Partido Socialista é de direita então também podem entender que ele pertence ao grupo da CDU retrógrado e totalitário que só sabe denegrir o Partido Socialista mesmo que isso seja para branquear o fascismo. A democracia não é só de alguns porque neste país há muita gente democrata.
Em relação à Moção diz que o Partido Socialista não tem qualquer problema em votar favoravelmente se forem introduzidas algumas correcções ao texto. Neste sentido propõe que:
- onde se lê *"… exigir ao Governo PS …"* se passe a ler *" … recomendar ao Governo PS …"*
- onde se lê *"… e que não obstante se encontrarem excluídos do PIDDAC para 2009, sejam considerados e lançados pelo Governo no decorrer do próximo ano …"* se passe a ler *"… e que não obstante não foram inscritos em PIDDAC para 2009, sejam considerados pelo Governo no decurso do próximo ano …"*
- se acrescente no ponto dois "… Recomendar à Câmara Municipal de Palmela que exija aos responsáveis governamentais pela Segurança, Ambiente, Acção Social, Educação, Ensino, Mobilidade e Acessibilidades reunião ou reuniões para debater, esclarecer e concluir sobre as razões da exequibilidade nos termos do projectos referidos …"

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que em condições normais seria praticamente impossível ao Orçamento de Estado financiar todo este conjunto de empreendimentos que são úteis e necessários nos trezentos e quatro concelhos do país, mas a verdade é que as condições não são normais. Também é verdade que todos os governos dos países industrializados, e também os das potências emergentes, lançaram programas visando combater a recessão fortíssima que se está a viver.
Em Portugal é necessário tomar medidas robustas de relançamento da economia, só que infelizmente as medidas que têm sido tomadas até agora, e que vêm sendo anunciadas embrulhadas pelo Governo numa espécie de agenda política eleitoralista, são medidas

completamente avulsas faltando-lhes uma espinha dorsal e uma direcção. Há alguns apoios à industria de construção, apoios à indústria automóvel e de componentes de automóvel directos e indirectos, a aceleração do programa de construção de infra-estruturas, ao emprego em variadíssimas áreas, que têm sido de certo modo concedidos de acordo com as circunstâncias do momento.

Já que é de facto necessário relançar o investimento público e já que o concelho de Palmela tem sido penalizado por todos os Governos em todos os PIDDAC's que até agora foram aprovados, pensa que esta Moção assume uma outra importância e uma outra oportunidade. Na realidade existem investimentos muito importantes e que há muitos anos são reivindicados como a variante à EN 252 no Pinhal Novo, a regularização da vala da Salgueirinha, a passagem desnivelada em Poceirão e os pavilhões desportivos das escolas secundárias do concelho. Já que vão haver investimentos públicos, que vão fazer o défice ultrapassar largamente os três por cento do PIB, que Palmela tenha um quinhão substancial desse volume de investimento público e seja dirigido para alguns dos empreendimentos que há muito são reivindicados.

Termina dizendo que, pelos factos invocados, o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente a Moção.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, diz que a Moção contempla obras que são da responsabilidade do Estado.

Tendo em conta duas intervenções feitas anteriormente sobre o Pinhal Novo diz que não partilha da mesma opinião uma vez que naquela freguesia a autarquia tem feito um trabalho notável. Mas não é só a autarquia que o deve fazer pelo que deseja que o Governo se associe ao desenvolvimento da autarquia e não há-de ser pelo facto do PS na Assembleia Municipal exigir à Câmara Municipal e recomendar ao Governo.

Diz que as recomendações já foram feitas pela Câmara Municipal no sentido do Governo as concretizar e incluir em PIDDAC, pelo que terá que se partir para outro tipo acção que será exigir que o Governo faça o seu papel daquilo que as autarquias têm feito ao longo dos anos em Pinhal Novo e no concelho.

Termina dizendo que as obras solicitadas são mais que justas e a bancada da CDU considera que é de exigir que o Governo as contemple, se não for a nível de PIDDAC que seja pelo Orçamento de Estado.

Sr. Presidente da Mesa, sem as alterações propostas pelo Partido Socialista e mantendo-se o texto inicial, coloca á votação a Moção apresentada pela CDU tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 da CDU, 4 do PSD e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta declaração de voto da bancada do Partido Socialista dizendo que leu num livro intitulado "O Código da Inteligência", que recomenda vivamente, o seguinte: *"… muitas vezes tudo o que dissermos sobre os outros será um espelho do que nós somos e não do que eles realmente são. Não respeitaremos as nossas divergências, não compreenderemos que exigir que os outros sintam e pensam de uma forma igual á nossa é uma exigência inumana, é não compreender que as nossas diferenças decorrem da nossa complexidade e que nenhuma delas nos exclui da fascinante família humana …".*

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, diz que a bancada da CDU registou as preocupações expressas em matéria de educação pelo Partido Socialista não tenham sido no plano prático exercidas como foram no plano das palavras, tal como o conjunto de outros investimentos que aqui foram propostos não tenham sido considerados uma necessidade que todos reconhecem existir no concelho.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas à Câmara Municipal.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação às questões colocadas, todas elas da responsabilidade do Sr. José Manuel Silvério, diz que sendo verdade que houve obras adjudicadas a valor superior em relação à sua base de licitação, que é um processo normal não sendo possível disparidades da ordem dos trinta por cento porque seria ilegal uma vez que o máximo que a lei permite são vinte e cinco por cento, todas as outras adjudicações foram verificadas pelo Tribunal de Contas pelo que não seria normal que não fossem cumpridos os princípios e os regimes que a legalidade impõe.

Gostaria de dar exemplos contrários como a obra da escola de Brejos do Assa que tem uma diferença ao contrário, ou seja, a adjudicação é superior ao valor da base de licitação. O reforço de abastecimento de água ao Pinhal Novo é outro caso idêntico sendo situações normais desde que cumpram os limites da legalidade.

Ainda sobre o caso da escola de Val'flor embora tenha havido apenas uma empresa a apresentar proposta, provavelmente isso ficou a dever-se à complexidade do concurso porque houve catorze empresas a levantar o processo de concurso. Em relação às restantes considerações feitas não lhe cabe comentar, porque se forem confrontados com factos poderão responder e até justificar mas sobre considerações não é sua função nem tem que responder às mesmas.

Quanto à escola de Cajados diz que logo no acto de conclusão da obra por parte da empresa foi feita uma apreciação do estado em que a escola estava e foram identificadas várias situações que não estavam devidamente concluídas. Para não perturbar o normal funcionamento da escola foi decidido que durante o período das férias seria feita toda a correcção das anomalias verificadas em obra. A obra não foi recepcionada por carecer de várias intervenções. É verdade que seria desejável que a empresa o tivesse feito bem à primeira. No entanto não é uma situação irregular e a Câmara está a actuar com absoluta e total tranquilidade, e transparência, que é exigir que seja bem feito o que de início foi mal feito.

Sobre a escola de Poceirão gostaria de esclarecer que não é verdade que não tenham conversado com a comunidade educativa, nomeadamente com os pais, uma vez que o fizeram directamente numa reunião, em que o Sr. José Manuel Silvério participou, tendo sido apresentado o projecto que se propunham desenvolver que é um dos cenários possíveis da Carta Educativa.

Outro dos cenários, que foi referido pelo Sr. José Manuel Silvério, é o estabelecimento de três centros escolares – Poceirão, Lagameças e Lagoa do Calvo. Aquele sobre o qual estão a dialogar com o Ministério da Educação mas em primeiro lugar com os principais interessados que são a Comunidade Educativa (escola, professores e pais) é outro cenário possível.

A Carta Educativa tinha três cenários e o que estão a defender tem subjacente a ideia de uma maior concentração dos alunos do 1º. Ciclo e ideia de manter numa relação de maior proximidade os meninos do pré-escolar.

Uma das virtudes deste conceito tem a ver com os problemas da escola de 2º. e 3º. Ciclo, que são do conhecimento de todos, de que já se ouviram falar, que são referidos pela direcção da escola e pelos professores e que os pais conhecem.

Haverá muitas razões específicas para esses problemas mas é importante saber que muitas vezes o espaço físico pode contribuir, em determinadas situações, para conflitos. Há um aspecto que é muito importante e determina muitas vezes o comportamento das crianças em escola e tem a ver com os seus trajectos anteriores. O facto das crianças virem todas elas de escolas diferentes onde criam relações próprias e relativamente fechadas pode contribuir para uma menor ou uma menos boa inserção num espaço onde passam a estar em contacto e em relação com crianças de outros espaços.

Uma das teorias que existe para isso é a ideia que passando eles a ter um percurso escolar comum, comungando espaços, professores, matérias, convivência, etc., têm provavelmente melhores condições para se integrarem nos anos seguintes. Se os meninos estiverem no 1º. Ciclo num determinado espaço onde estão em contacto com outras crianças, onde têm todas as valências à sua disposição, provavelmente quando chegarem ao 2º. Ciclo, já têm uma relação com os demais completamente diferente. Se por um lado para os pais e mães é sempre mais simpático ter o filho numa escola, mesmo pequenina, à porta de casa, por outro lado ao estar a fazer-se essa opção poder-se-á estar a condicionar o percurso e o trajecto dos filhos.

Daí que a Câmara Municipal esteja a ponderar e defender o cenário de manter os meninos na relação de proximidade no pré-escolar e apontar para concentrar os meninos num maior centro educativo no 1º. Ciclo. Este é o conceito que a Câmara Municipal defende e que também é defendido pelos especialistas na matéria como importante do ponto vista sócio-educativo.

Refere que o processo não será encerrado sem continuar a ser discutido com a Associação de Pais, com os pais, com os professores e com as autarquias que representam a população em geral.

Aquilo que tem movido a Câmara Municipal neste processo, e em todos os outros que têm a ver com a educação no concelho, é o grande empenhamento em fazer o melhor, sendo que o melhor é aquilo que vai sendo testado, que se vai conhecendo, que se vai percebendo na comunidade e que se vai colhendo dos outros porque há que ter disponibilidade para colher experiências doutros sítios, e o esforço para continuar a apostar na educação e na educação com qualidade no concelho ajustando, adaptando, integrando contributos mas procurando sempre dar passos em frente. Há coisas que, em sua opinião, constituem dar passos em frente como o incluir os filhos em equipamentos com mais qualidade e mais diversidade como uma forma de lhes propiciar um futuro com maior igualdade de oportunidades. Quando eles se confrontam com os outros, confrontam-se com uma base de partida semelhante em circunstâncias iguais e não diferentes como acontece quando partem dum meio muito fechado e muito isolado.

Sr. Presidente da Mesa, pelas 23,30 informa que de imediato se irá fazer um pequeno intervalo.

Pelas 23,40 horas, após intervalo, o **Sr. Presidente da Mesa** reinicia os trabalhos e passa de imediato ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara, passa a ler a Introdução ao Relatório da Actividade Municipal que foi previamente distribuído por todos os presentes.

Não quer deixar de referir que no último fim-de-semana teve lugar em Palmela uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro e vários membros do Governo, para a qual foram convidadas todas as Câmaras do Distrito. Esta reunião inseria-se no âmbito dum projecto que o Governo designa "Governo presente", já realizado noutras regiões do país, e teve como objectivo ouvir os autarcas acerca das preocupações para os seus concelhos e regiões.

Das muitas questões que foram colocadas na reunião, que durou até às duas horas da manhã, gostaria de informar que as questões que apresentou foram centradas em problemas que entende serem muito importantes e urgentes para o desenvolvimento do concelho.

Sublinhou as questões que têm que ver com a forma de garantir alguma sustentabilidade ao território no contexto dos grandes desafios que lhe são colocados. A proximidade do aeroporto e a instalação da maior plataforma logística do país são, sem dúvida, oportunidades para o território e região mas, também, deve ser acautelado todo e qualquer efeito menos positivo que lhe esteja associado. Há impactos que têm que ser prevenidos e pensados com antecedência e evitados se possível. Esses impactos evitam-se prevendo infra-estruturas que são igualmente urgentes. Reiterou a importância e urgência da construção da variante à EN 252, tendo referido o número de camiões que irão circular com destino à plataforma logística que é assustador pelo que não basta uma variante, e continuou a exigir com mais veemência uma variante à EN 379 uma vez que a circulação não se fará só nos sentido norte/sul ou sul/norte mas também no sentido horizontal.

Sublinhou a importância duma intervenção que é estratégica para a qualidade de vida do concelho e que tem a ver com a vala da Salgueirinha e ribeira de Palmela.

Pediu que fosse confirmado, reiterado e cumprido durante o ano de 2009 o plano de trabalhos para a construção do quartel da GNR, ao que lhe foi respondido que estava garantido que o projecto seria entregue durante o primeiro trimestre para se efectuar o lançamento do concurso de acordo com o protocolo assinado com o MAI.

Colocou o problema muito circunstancial, já não reivindicando os pavilhões desportivos para as escolas do concelho, de pelo menos serem criadas condições na Escola Secundária de Palmela com a demolição do pavilhão que está a cair e dos pavilhões dos anos setenta que estão desactivados. O Sr. Primeiro-Ministro assumiu o compromisso de que o Ministério da Educação poderia fazê-lo.

Na sequência desta reunião ficaram agendadas duas reuniões, uma com a Sra. Secretária de Estado dos Transportes e Comunicações e outra sobre o estado do castelo de Palmela. Quer a Câmara quer a Direcção Regional de Cultura estão muito preocupados com uma fissura, que foi diagnosticada já há algum tempo, num dos morros mais concretamente naquele onde se apoia a pousada. Reclamaram uma verificação técnica consistente por organismos e técnicos especialistas na área tendo a Direcção Regional de Cultura assumido a condução do processo. Hoje foi realizada uma reunião com a ENATUR e o Grupo Pestana para se encontrar solução técnica e financiamento para uma intervenção que, a não acontecer, pode vir a obrigar a autarquia a tomar medidas em relação à utilização da pousada e daquela ala do castelo. Termina dizendo que espera que isso não aconteça e que se encontre uma solução.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que gostaria de fazer uma introdução ao documento em discussão. Seguindo um pouco a estrutura que é apresentada diz que o mesmo fecha o ciclo de investimentos realizados e previstos realizar até ao final do mandato. O ano de 2009 será o ano de conclusão, ou de arranque nalguns casos, de um conjunto significativo de investimentos que, ou estão em curso ou prestes a arrancar e concluem o programa de mandato.

No domínio da Educação destaca-se a obra da escola de Poceirão, da escola de Val'Flores em Pinhal Novo e a remodelação e ampliação da escola Salgueiro Maia, também em Pinhal Novo.

Nas redes de Saneamento Básico e Abastecimento de Água são de salientar as intervenções previstas para a Lagoinha numa primeira fase, no ano de 2009, uma vez que as grandes intervenções que ali são necessárias foram faseadas, mas também na Palhota, Venda do Alcaide e Lagoa da Palha bem como em Brejos do Assa.

Prevêem-se várias pavimentações e repavimentações as quais beneficiam sobretudo os espaços rurais com destaque para Cajados, Cabanas, Venda do Alcaide, Palhota, Carregueira, Fonte da Vaca, Olhos de Água e Lagameças.

Gostaria ainda de sublinhar a recuperação do edifício do Cine-Teatro São João, o início do projecto de infra-estruturas e pavimentação duma grande intervenção que tem que ser feita na azinhaga dos Carvalhos e a execução da rotunda na EN 379 na zona de Aires.

O ano de 2009 será também um ano muito importante, um ano chave de clarificação e projecção dos próximos quatro anos sendo a revisão do Plano Director Municipal um instrumento fundamental desse processo onde também pesará o grau de desenvolvimento dos novos investimentos públicos e privados que estão previstos quer para o concelho quer para a região.

No que diz respeito ao Orçamento diz que terá o maior valor de sempre, um montante global de cerca de sessenta vírgula um milhões de euros. Do total de receitas orçamentadas cerca de dezassete milhões de euros são receitas extraordinárias e provêm da utilização de empréstimo, onze vírgula oito milhões; da comparticipação do QREN, três vírgula um milhões; da utilização de garantias bancárias por posse administrativa do loteamento Val'Flor, um vírgula cinco milhões de euros e ainda a construção do novo quartel da GNR para o qual se previa apenas quinhentos mil euros mas cuja verba terá que ser revista uma vez que quando o Orçamento foi elaborado ainda não se encontrava confirmado o grau de desenvolvimento do projecto durante o ano de 2009.

Em relação às receitas quer referir que os impostos directos continuam a ter o maior peso no total das receitas, ou seja trinta e dois vírgula seis por cento e o IMI assume-se como a principal componente deste conjunto de impostos. Quanto ao que se prevê receber até final de 2008, em 2009 o IMI terá uma redução de cerca de sete vírgula três por cento que resulta da redução das taxas aprovadas. A Derrama apresenta uma ligeira diminuição relativamente ao que estava orçamentado. As transferências do Orçamento de Estado são de oito vírgula dois milhões de euros e representam um acréscimo de cinco por cento relativamente às verbas transferidas em 2008.

No que respeita à despesa refere que as grandes opções do plano recebem trinta e cinco vírgula milhões de euros; as despesas com pessoal significam dezanove vírgula oito milhões de euros e as despesas não imputadas às GOP quatro vírgula seis milhões de euros.

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, conseguindo-se ainda uma poupança de três vírgula nove milhões de euros e financiam claramente as despesas de capital pelo que está respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

O total da despesa com pessoal situa-se em quarenta e seis vírgula quatro por cento da receita corrente prevista durante o ano de 2008 e também aí se cumprem os preceitos legais que lhe estão subjacentes.

Termina dizendo que está à disposição dos Srs. Membros da Assembleia para todas as questões que entendam colocar.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que vai fazer uma pequena abordagem à opinião do Partido Social Democrata sobre o Orçamento deixando a intervenção de fundo para o Sr. Dr. Bracinha Vieira.

Referindo-se ao texto da introdução ao documento diz que o PSD votou favoravelmente os empréstimos porque acharam as obras necessárias, embora critiquem a opção mantida pela CDU ao longo dos anos em relação a muitas delas como é o caso do Mercado do Pinhal Novo que já foi referida bastantes vezes. Neste Orçamento está a gastar-se dinheiro do empréstimo duma obra que foi feita, foi abaixo e está novamente a ser construída.

Refere o valor de um milhão de euros de utilização de garantias bancárias por posse administrativa de alvarás de loteamento e recorda sessões da Assembleia Municipal, com largos debates até altas horas da manhã, onde quer o Partido Social Democrata quer o Partido Socialista alertaram para os riscos inerentes a certos loteamentos e mais uma vez o futuro deu-lhes razão.

Este Orçamento reflecte basicamente o ano de 2009, ano de eleições, em que eufemísticamente é relembrado como um fim de ciclo. É um ciclo mas é um ciclo eleitoral porque é isto basicamente que trata este Orçamento, sendo certo que o investimento no parque escolar é saudável porque tem muitas obras que curiosamente calham a ser concluídas todas na mesma data.

Em suma continua um crescimento em quantidade nas não em qualidade. Pensam que este Orçamento é mais uma oportunidade perdida para o concelho de Palmela e para o seu desenvolvimento. Aguardam o que reserva 2009 e o Orçamento que será apresentado no próximo ano para aferirem da própria execução do mesmo.

Termina dizendo que estas breves notas são o que lhe apraz trazer à colação sendo certo que a partir deste momento e com o índice de endividamento que a Câmara já tem vai ser necessário um cuidado muito grande em relação ao futuro. Tudo isto quer dizer que este modelo de investimento, com recurso a empréstimos, também vai ter os seus dias contados porque não se pode fazer muito mais. No futuro se se continuar com o aumento das despesas fixas, nomeadamente as de pessoal e outras, poder-se-á ver coarctada a capacidade de investimento.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, diz que, segundo as palavras da Sra. Presidente, a Moção da CDU que foi aprovada já teve efeito e já foi eficaz uma vez que o Governo de tão pressionado que terá sido com a Moção já está a tratar ou irá tratar das questões relacionadas com a variante, o quartel da GNR, os pavilhões desportivos, etc. Em sua opinião foi de grande utilidade a Moção aprovada pela forma célere como os problemas estão resolvidos ou em via de resolução.

Em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano quer informar que não irá contar com o seu apoio.

Os documentos ora apresentados nem sequer estão em linha com as palavras, que até gostou de ouvir, da Sra. Presidente na sua primeira intervenção. Não é um Orçamento que suporte nenhum plano que invista na qualidade nem no desenvolvimento integrado do território. Trata-se de um Orçamento e de um Plano incapaz de articular com o futuro: com o aeroporto, com a ponte, com o comboio, com o desenvolvimento das infra-estruturas turísticas, com a manutenção e desenvolvimento de produtos como o vinho, o queijo, e outros produtos agrícolas e nada vem pensado em termos da educação e formação que permanentemente têm que ser fundamentais para o êxito dos projectos que se prevêem.

Trata-se de um Orçamento de maior quantidade sem preocupações de qualidade e inovação. É contabilisticamente correcto, normal, do costume e legalmente imaculado. É o Orçamento de sessenta milhões de euros em que vinte milhões são para despesas com pessoal. É o Orçamento que nos diz que a Câmara Municipal tem mil funcionários para sessenta mil munícipes, ou seja a cada funcionário cabem sessenta munícipes o que significa que em vinte dias úteis do mês temos um funcionário da Câmara Municipal que pode dedicar um dia por mês para atender permanentemente três munícipes. Como comparação refere que a DREL tem duzentos e cinquenta funcionários para tratar de todos os assuntos inerentes aos serviços de educação em todo o território da área de Lisboa.

Em sua opinião o Orçamento é de direita, incapaz, conservador, não tendo em conta os interesses dos cidadãos nem do território do concelho de Palmela.

Sr. José Manuel Silvério do PS, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa diz que sempre se lhe dirigiu com todo o respeito e continuará a fazê-lo, bem assim como a todas as outras pessoas, pelo que dispensa comentários do género "jocosos" e exige que o trate com respeito.

Em relação ao Orçamento vai ser muito breve uma vez que o seu camarada António José Santos irá fazer a intervenção de fundo que ditará o sentido de voto do Partido Socialista.

Dirigindo-se à Sra. Presidente, como representante do Executivo, refere que se trata de um Orçamento do ilusionismo porque como que num passe de mágica este Executivo com oito anos de mandato conseguiu em sete anos desbaratar milhões do Orçamento que dispõe todos os anos sem fazer as obras prometidas que passaram de um ano para o outro. Agora descobriu um truque neo-capitalista de financiamentos bancários como forma de fazer as obras que já deveriam estar feitas há muito, exceptuando a escola que irá ser feita em Val'Flores. Este truque só será descoberto quando este Executivo tiver que prestar contas, se o fizer honestamente, dos oito anos de mandato e tiver que dizer às pessoas que precisou do dinheiro de cinco mandatos (vinte anos) para as fazer. É o que se chama "oito em vinte", ou seja fazer em oito anos com o dinheiro de vinte.

Refere como exemplo da falta de estratégia de desenvolvimento do concelho o investimento contemplado nas Grandes Opções do Plano, no valor de trinta e sete milhões quatrocentos e dezoito mil, duzentos e setenta e dois euros o maior de sempre destes oito anos, para o plano rodoviário do concelho é de apenas nove e meio por cento ou seja dois milhões novecentos e oitenta e dois mil euros para a rede viária municipal e quinhentos e oitenta mil euros para a rede viária rural destinados a pavimentar três aceiros num ano. Num concelho com tantos quilómetros de estradas municipais, que na área metropolitana de Lisboa é o que tem mais aceiros por alcatroar, apenas tem no seu Orçamento nove vírgula cinco por cento para o plano rodoviário. Deixa o desafio para consultarem na Internet os valores que as outras Câmaras têm para o plano rodoviário e verão que o caso que referiu é único. Diz ainda que a EM 533, a maior do concelho que liga Poceirão ao cruzamento da EN 379, está há mais de dez anos à espera de repavimentação nalguns troços e tem sido sucessivamente adiada.

Espera, sinceramente, que aproveitem o dinheiro do empréstimo bancário para fazer estas obras em ano de eleições como cabaz de natal para os munícipes do concelho.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, refere que os números do Orçamento são muito importantes e mostram as prioridades ou a inexistência destas a nível do concelho, mas não vai indicar situações específicas e referir números.

A sua intervenção tem a ver com a tristeza que sente na forma como a gestão deste concelho tem vindo a ser conduzida. Tem-se visto muito dinheiro a ser investido no melhoramento de algumas escolas do concelho, como a Sra. Presidente referiu anteriormente, para dar passos em frente no sentido de melhorar. No entanto ainda existem escolas onde não há aquecimento, onde não existem espaços para as crianças brincarem quando está a chover, e que para além duma cantina continuam com as mesmas condições que tinham antes. Mesmo assim ouve-se falar em derrapagens nas obras.

Existem municípios no nosso país que têm várias escolas com condições, aquecimento, espaços cobertos e até piscinas e campos de jogos, pelo que pergunta se receberão o mesmo

dinheiro que Palmela uma vez que estão na área metropolitana de Lisboa e também são câmaras que não são governadas pelo Partido Socialista.

Ouve-se constantemente a Sra. Presidente referir que o turismo é uma prioridade no concelho. Como se pode ver, mais uma vez, isso não está evidente no Orçamento.

Existem alguns bons exemplos no país relativamente ao turismo que mostram o que se poderia fazer neste concelho. Se se pensar em Óbidos verifica-se que está a decorrer uma festa de natal "Vila Natal" que chama à localidade milhares de pessoas de todo o país e não só. Ao longo do ano ainda têm a Festa do Chocolate, outro evento que faz com que milhares de pessoas percorram quilómetros para lá se deslocarem. Num qualquer fim-de-semana normal a vila está cheia de gente e de movimento.

Verifiquemos então as diferenças que existem entre Óbidos e Palmela: Óbidos tem um castelo pequenino e muralhas, Palmela também bastante maior e mais importante historicamente; Óbidos tem a ginjinha, Palmela tem o moscatel; Óbidos tem uma zona histórica, Palmela também; ouvimos todas as pessoas que visitam Óbidos dizer que é uma vila muito bonita, Palmela também é muito bonita. Pode-se dizer que Palmela tem uma festa anual "Festa das Vindimas", mas cada vez tem menos impacto no concelho, para não falar a nível nacional, porque nem já a nível distrital se sente o impacto que tinha há uns anos atrás.

Podem perguntar qual será a sua sugestão para abrir as portas do concelho ao turismo nacional e quem sabe internacional. O município já gasta actualmente uma verba significativa em publicações, que são entregues em duplicado e triplicado em algumas casas, para divulgar actividades algumas delas interessantes mas que têm uma assistência muito reduzida se comparadas com as de Óbidos. A sua sugestão passa por reduzir os custos com estas publicações e investir em publicidade nacional ao nível televisivo, divulgar eventos de maior envergadura, organizar mais eventos capazes de trazer pessoas.

O Município de Penela, este ano, apostou num projecto com figuras móveis tal como Monsaraz. A serra mesmo aqui ao lado trás todos os fins-de-semana muitas pessoas, que são da zona, para a prática de BTT. Portalegre organiza encontros nacionais de BTT, porque não fazer o mesmo em Palmela e levar os participantes a passar pelo meio da vila até ao local do almoço perto do castelo ou na mata.

Estes são só exemplos porque ainda temos o Poceirão e o seu vinho, Quinta do Anjo com os seus vinhos, queijos e um sem fim se situações que poderiam ser mais exploradas a nível do turismo. Será que estes eventos não só se pagariam a eles próprios como à publicidade necessária à sua divulgação; será que estes eventos por si só não levariam ao desenvolvimento e ao restauro da zona histórica; será que estes eventos não levariam ao investimento no comércio local e à criação de novos postos de trabalho.

Termina dizendo que afinal parece que o PS tem ideias, tem projectos só que não são coincidentes com o deste Executivo e com as prioridades do PCP.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que a questão que vai colocar já foi referida numa outra oportunidade. A questão da pobreza não tem no Orçamento o lugar que em sua opinião devia ter, mas compreende que é ao poder central que compete resolver esse problema.

Dada a crise que o país atravessa parece-lhe que a Câmara Municipal devia ter um olhar sobre a pobreza, ter um conhecimento cabal sobre o problema de forma a poder ter uma opinião e

poder apontar o dedo a quem tem a obrigação de o resolver. Poderá ser a Câmara mas admite ter que se apontar o dedo ao poder central.

É um problema de todos os concelhos do país e bom seria que todos fizessem uma abordagem à pobreza que cada vez aumenta mais para poder dar as respostas possíveis.

Tinha uma ideia a propósito da intervenção da bancada do PS que diz que a CDU esbanjou dinheiro mas não ficou esclarecido para onde foi o dinheiro. Mais uma vez diz que não é advogado da CDU mas seria bom que se explicasse para todos perceberem melhor a situação porque pode ajudar a Câmara e a oposição.

A "talho de foice" gostaria que Câmara disponibilizasse algum dinheiro para a Assembleia Municipal para poder promover debates públicos com a oposição e com convidados especialistas para as várias temáticas com que a Câmara tem que se enfrentar.

Compreende que a nível do Orçamento Participativo tenha sido abandonada a discussão temática porque as pessoas não apareciam, mas este processo por si proposto seria uma boa oportunidade para debater ideias.

Sr. António José Santos do PS, gostaria de manifestar algumas preocupações em relação ao Orçamento e deixar algumas questões para a Sra. Presidente responder.

Diz que para o Partido Socialista é preocupante que o ano de 2009, em que a Câmara tem o maior Orçamento de sempre, coincida com a maior taxa de endividamento que conseguiu atingir. Refere os dezassete milhões de receitas extraordinárias traduzidos em doze milhões de empréstimos, três vírgula dois milhões do QREN para construção de escolas, um vírgula cinco milhões das garantias bancárias da firma Corigues e zero vírgula cinco milhões do poder central para o quartel da GNR de Palmela.

Uma das situações que os preocupam é que sobre os doze milhões de empréstimo, em 2009, ir-se-á pagar juros e amortizações de dívida no valor de um vírgula sete milhões de euros dois quais seiscentos e trinta e sete mil euros são juros.

Acresce que em 2008 o IMI cresceu um vírgula três milhões a mais do que foi orçamentado em 2007 para 2008, pelo que gostariam de saber a justificação.

Apesar da redução da taxa máxima do IMI em zero vírgula um pelo Governo, segundo a perspectiva do PS é previsível que haja um razoável crescimento em relação ao que estava orçamentado para 2008.

Analisando alguns itens do documento, refere que na área dos trabalhos externos especializados valores são gastos a mais cerca de três vírgula sete milhões. Atendendo a que dos três vírgula sete milhões, três milhões são absorvidos por trabalhos especializados feitos pela Amarsul e Simarsul existe uma diferença de setecentos mil euros pelo que deduz poder vir a ser feito em devido tempo uma revisão orçamental.

Não compreendem a intenção de abandono do item de turismo neste Orçamento tendo em conta as potencialidades turísticas de Palmela, que são conhecidas de todos. Em 2008 foram orçamentados trinta e sete mil e quinhentos euros e em 2009 trinta e quatro mil e quinhentos. Apoiando a intervenção da Dra. Carla Oliveira, parece-lhe que o turismo é o parente pobre com o esbanjar de oportunidades e potencialidades do concelho.

Em relação ao centro histórico existe uma situação que os preocupa uma vez que algumas das intervenções que estavam previstas para 2008, mais de cinquenta por cento, acabam por ser

transferidas para 2009. Acha que poderia ter sido um esforço para ter ficado tudo resolvido em 2008.

No que respeita ao Auditório do Pinhal Novo, onde se irão investir oitenta e cinco mil euros, é opinião do Partido Socialista que o equipamento está subaproveitado. Tendo em conta os números e as actividades que lá são apresentadas dá uma média de doze pessoas que assistem aos espectáculos o que é muito pouco, pelo que há que criar condições para melhor a situação.

Outra situação preocupante é a repavimentação da estrada da Coca Cola, mais conhecida pela estrada dos três castelos, que só em 2012 irá ser intervencionada. Terá que se esperar três anos por uma obra numa estrada que actualmente já está muito mal.

Gostariam de ter informações acerca da obra de pavimentação do caminho de acesso à escola do Forninho. Esta pavimentação vai ter o custo de cento e sessenta mil euros mas está prevista para 2011. Tendo em conta as informações prestadas pela Sra. Presidente já está adjudicada a obra para a construção de uma escola de ensino básico em Poceirão que irá receber os alunos das escolas circundantes. Em seu entender, os alunos da escola do Forninho também irão ser integrados nesta escola pelo que pergunta se em 2011 ainda haverá escola no Forninho e se o investimento irá ser feito.

O Partido Socialista entende estarem perante um Orçamento com falta de planeamento e o pouco que foi feito foi mal feito. O Orçamento é um documento que não pode nem deve ser feito sobre pressões de momento nem de interesses políticos de circunstância mas antes deverá reflectir os interesses das populações com justiça na distribuição dos investimentos e rigor no planeamento. Deste modo entendem estar na presença de um Orçamento de circunstância sem qualquer suporte de rigor orçamental que se irá reflectir nas análises e planeamento reais que têm que ser feitos e que têm que ter alguma segurança.

Para terminar diz que se o Partido Socialista estivesse a governar o concelho faria de maneira diferente e faria concerteza melhor, pelo que irão votar contra o Orçamento.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, em relação à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins diz que de forma irónica se referiu a uma Moção da CDU e ao facto da Sra. Presidente da Câmara ter referido que, na reunião havida entre o Sr. Primeiro-Ministro e os Presidentes das autarquias da região, estaria garantido um conjunto de reivindicações que vinham sendo colocadas. Diz que não as ouviu com excepção do quartel da GNR, que era um compromisso que já existia aquando da cedência do terreno e que foi protocolado com o Ministério da Administração Interna, e da fissura do castelo. O que ouviu da parte da Sra. Presidente foi o colocar de um conjunto de questões, preocupações, reivindicações mas da parte do Governo não deu que tivesse sido assumido algum compromisso pelo que a ironia lhe pareceu ser completamente deslocada.

Em relação à intervenção do Sr. Membro José Manuel Silvério e ao facto de dizer que estamos num concelho que tem o maior número de aceiros da região estranharia o contrário. De facto um concelho com 460 km2 de área, com uma componente de ruralidade enormíssima, estranhar que seja um concelho com o maior número de aceiros em termos de quilometragem parece-lhe deslocado.

Quanto aos comentários avulsos da Sra. Membro Carla Oliveira que referenciou muito Óbidos, deve ter em conta o esforço que a Câmara de Palmela tem feito no desenvolvimento e na promoção turística desta região. Lembrar eventos como a Festa das Vindimas, o FIAR, o FIG, o

Festival do Pão, Queijo e Vinho, a Mostra de Vinhos do concelho, é escamotear alguns dos exemplos daquilo que tem sido a aposta da autarquia na promoção das suas actividades e da atractividade que se procura ter relativamente à região.

Já que falou de questões de natureza de promoção ambiental gostaria de lembrar que a Câmara desenvolve um conjunto de iniciativas muito regulares de visitas guiadas a zonas da serra e outras, que são divulgadas no Catavento, a que as Juntas de Freguesia se associam. Informa que a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo nos passeios à serra e nas visitas guiadas à aldeia, onde se faz a promoção do património edificado e do património natural, envolve cerca de seiscentas pessoas em oito iniciativas. Lembra também o núcleo museológico que a Câmara está a desenvolver na Quinta do Anjo, perspectivando-se que no próximo ano haja um protocolo com a Arcolsa num esforço enorme de valorizar o património. Desvalorizar este esforço parece-lhe injusto e se não fora as dificuldades do IPPAR, agora IGESPAR, relativamente às grutas neolíticas seguramente que o processo também estaria mais adiantado.

Em relação ao Orçamento gostaria de deixar três ou quatro comentários muito breves uma vez que a Sra. Presidente irá defender e referir aquilo que entender como mais oportuno. Quanto à estranheza dos empréstimos acha que estão deslocados do país. Quando a dívida externa é igual ao PIB, quando se sabe que os novos investimentos para esta região apenas serão conseguidos com recurso a empréstimos à banca internacional, quando há endividamento geral das empresas, das autarquias, dos particulares, até dos bancos e seguradoras, estranhar que uma autarquia que é das menos endividadas da região e do país e está a fazer estes empréstimos para despesas de capital e investimentos e quando há necessidade de captar os fundos comunitários do QREN e associá-los a uma componente, é melhor do que aquilo que o Presidente da Associação Portuguesa dos Gestores de Recursos Humanos disse ou o Presidente da Associação de Armadores de Pesca disse que não se estavam a captar fundos comunitários por incapacidade de os associar com as verbas respectivas. Pergunta se seria melhor que não houvesse capacidade de candidatar a fundos do QREN por insuficiência de meios próprios. O que está a acontecer no país, e em muitas das áreas, é esta incapacidade uma vez que há fundos comunitários que estão sendo perdidos por incapacidade de associações públicas e privadas se associarem com a sua quota-parte a estes investimentos. É isto que a Câmara de Palmela tem estado a evitar uma vez que é referenciada na região por pagar atempadamente, por não utilizar a estratégia de *factoring*, que é legítima e utilizada por muitas autarquias, e por ser das menos endividadas.

É perfeitamente injusto não se entender numa situação de crise em que as autarquias estão a fazer um grande esforço para fazer face às dificuldades crescentes e que têm o direito do Estado lhes proporcionar uma linha de crédito como existe para a banca e seguradoras. Aí o Governo é generoso enquanto para as autarquias tem uma atitude que é completamente diferenciada, tal como tende para os ricos e para os pobres de uma maneira geral e simplificador. É isso que define ser de esquerda e de direita é o estar do lado dos ricos ou dos pobres, dos opressores ou dos oprimidos, e o Partido Socialista está do lado da direita objectivamente porque a política do Governo é de direita.

Termina dizendo que as críticas lhe pareçam desajustadas, injustas e politicamente não têm qualquer autoridade moral para as fazerem perante o descalabro completo que tem sido a política do Governo nomeadamente na asfixia financeira das autarquias.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que vai tentar não repetir aquilo que já foi dito pelos Membros que o antecederam. Uma vez que o Sr. Membro Carlos Vitorino fez as críticas de ordem geral ao Orçamento vai cingir-se a outros aspectos.

A Sra. Membro Carla Oliveira referiu duas Câmaras que têm excelentes práticas em matéria de promoção turística, Óbidos e Portalegre, que por sinal são Câmaras do Partido Social Democrata. Em sua opinião Palmela também tem feito bastante pela promoção turística, mas tem que se reflectir um pouco porque é que as medidas de promoção turística assumidas em Palmela não têm dado os resultados que seriam de esperar o que pode ter a ver com a localização geográfica e a proximidade excessiva de Lisboa.

A intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto obriga-o a lembrar um aspecto em matéria de análise da sociedade uma vez que falou com alguma razão no facto de haver uma dupla medida no que se faz para os ricos e para os pobres. Lembraria também que há uma outra enorme classe que é a classe média que tem sido, de longe, nos últimos três quatro anos a mais prejudicada em Portugal. Tem sido cilindrada, depauperada, e é quem suporta o país uma vez que paga impostos o que não acontece com a maioria dos ricos porque têm o dinheiro nos *off-shores*. Os esbanjamentos e as aparentes liberalidades do Governo acabam por ser suportados pela classe média e dentro desta classe em especial pelos trabalhadores e reformados porque no final desta crise vamos ter uma brutal inflação e um brutal aumento de impostos.

Falando em aspectos pontuais que a seu ver reflectem o que é prioritário, ou não, para o Executivo há um problema que o continua a preocupar que é a tendência que prossegue para o aumento rápido das despesas com pessoal. Comparando os Orçamentos iniciais de 2007, 2008 e 2009 verifica-se um aumento das despesas com pessoal de dezassete vírgula sete milhões em 2007, dezoito ponto três em 2008 e dezanove ponto oito para 2009.

Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia tem-se um vírgula vinte e dois milhões de euros, uma verba que praticamente estagnou e dá ideia, no que respeita à relação financeira com as Juntas, que o Executivo não dá o destaque devido à relação de proximidade e ao princípio de subsidiariedade. Em sua opinião as potencialidades das Juntas de Freguesia não têm sido devidamente aproveitadas a nível do concelho.

Em relação à aquisição de serviços de publicidade no valor de cento e quarenta e um mil euros, além das publicações e outras, parece-lhe excessiva ainda que nesta rubrica possam estar incluídas as verbas para publicitar concursos públicos e outros.

Sr. António Couchinho Cardoso do PS, abandona os trabalhos pelas 00,50 horas.

No que respeita às despesas de capital diz que aparentemente existem boas notícias porque aumentam de dez vírgula sete para vinte e um vírgula sete milhões de euros. É evidente que a duplicação de despesas de capital é feita à custa do aumento do défice e estão a funcionar na Câmara Municipal um pouco como uma variável de ajustamento porque aumentando o défice aumentam as despesas de capital. Basicamente essas despesas dividem-se em edifícios, que é investimento no betão, embora seja três milhões de euros em nove vírgula um; no parque escolar que são bem vindos e necessários para a igualdade de oportunidades e elevação e competitividade do país no futuro; construções diversas que são o núcleo da actividade dos

municípios uma vez que trata das infra-estruturas, caminhos, abastecimento de água, saneamento básico, etc. Saúda o aumento significativo da verba para a viação rural tão importante num concelho que felizmente ainda tem uma grande área rural. Em contrapartida a redução da verba, que já era pequena, para parques e jardins mostra pouca consideração pelos espaços verdes, sendo que a protecção do meio ambiente e a conservação da natureza que nunca foi prioritária para este Executivo também tem a sua dotação reduzida de um vírgula trinta e oito milhões de euros para oitocentos e quarenta e um mil euros. Gostaria de saber, embora admita que haja uma explicação, qual é a composição da rubrica "outros" (07.01.04.99) dotada com um vírgula sessenta e cinco milhões de euros.

Há um aspecto no Orçamento que em sua opinião peca claramente por insuficiente. Numa altura de crise económica e social profunda porque é que não há um esforço maior na acção social uma vez que a Câmara poderia, e deveria, cooperar com o Estado português no esforço que é necessário fazer-se neste domínio.

A cultura tem uma subida de cerca de um milhão de euros. É evidente que todos apreciam a cultura mas quando há que escolher prioridades, e as verbas são escassas, pergunta se será prioritário em época de crise económica e social aumentar mais de um milhão de euros o Orçamento da cultura.

Em relação à questão do executivo não dar prioridade ao ambiente e conservação da natureza lembra a sugestão do Sr. Membro Carlos Guinote, que lhe parece excelente, de haver uma verba para a Assembleia Municipal promover discussões e reflexões temáticas de interesse nacional e municipal. A esse propósito gostaria que a Assembleia Municipal, nem que fosse através das suas comissões especializadas, acompanhasse o processo delicado de remarcação e redelimitação da REN e da RAN e dos espaços da rede natura. Trata-se de uma matéria muito delicada tendo o Governo, através de uma legislação recente, aberto as portas para que se possam dar grandes machadadas na reserva ecológica nacional e nas zonas da rede natura pelo que gostaria que a Assembleia Municipal seguisse a evolução dos estudos relativos a esta matéria.

Já no ano transacto referiram a questão do apoio às pessoas idosas e vão fazê-lo novamente este ano. É evidente que este apoio não se resume apenas ao apoio da Câmara que promove eventos vários mas de qualquer forma o facto da verba descer de cinquenta e cinco mil euros para trinta e sete mil e quinhentos euros é um sinal negativo de que não se dá a devida prioridade aos problemas dos idosos e reformados sub dotando-se a verba que lhes diz respeito.

Outro ponto que não pode deixar de mencionar é o programa de prevenção de construções clandestinas dotado com quinze mil euros. Pergunta se serão obrigados a mostrar fotos e imagens de construções que são inequivocamente clandestinas e estão a surgir em vários pontos do concelho. Dotar com quinze mil euros este programa é um sinal muito negativo da postura do município e dá ideia que a construção clandestina é um fenómeno residual no concelho quando é um flagelo por todos conhecido e que até a Câmara no anterior mandato assumiu claramente como uma prioridade. A verba de quinze mil euros é aparentemente inexplicável para gerir e resolver um problema com esta dimensão no concelho.

Em relação à recuperação e revitalização do centro histórico de Palmela já foi referida várias vezes e é evidente que a verba prevista para dotar esta rubrica é praticamente simbólica, e mais simbólicos são os cinquenta mil euros do programa de financiamento das obras de

conservação em imóveis. Com a lei de rendas vigente, com os meios mínimos afectados à conservação de imóveis do centro histórico, a sua recuperação será cada vez mais uma miragem. Se não for aumentado substancialmente a comparticipação pública, não só da Câmara mas também do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, será muito difícil falar de uma reabilitação séria e profunda do centro histórico porque o esforço pedido aos proprietários tem limite.

Para terminar diz que o Orçamento continua a perspectivar um crescimento em quantidade e não em qualidade. Mesmo quando se fala em infra-estruturas não vê novos tipos de infra-estruturas, preocupação com a fibra óptica, com melhoria de infra-estruturas e a hipótese de fazer galerias técnicas em novas urbanizações para evitar o constante abrir e fechar de buracos. Por estes factos pensam ser uma nova oportunidade perdida para o concelho de Palmela pelo que votarão em conformidade.

Sr. Presidente da Mesa, terminadas as intervenções diz que será impossível à Sra. Presidente da Câmara responder a todas as questões colocadas pelo que de imediato lhe passará a palavra para a intervenção que entender fazer.

Sra. Presidente da Câmara, em primeiro lugar pede autorização ao Sr. Presidente da Mesa para o Sr. Vereador Adilo Costa responder a algumas questões mais específicas que foram colocadas relativamente ao Orçamento.

Vai tentar responder a algumas das questões e gostaria de começar pelo comentário praticamente comum a todas as intervenções que é a ideia da oportunidade perdida com este Orçamento. Gostaria de perguntar aos Srs. Membros da Assembleia, que tiveram intervenções neste sentido, de que obras prescindiriam no Orçamento de acordo com as opções de cada um e que novas obras incluiriam. Faz esta pergunta ao PS e ao PSD, particularmente, porque não se lembra de ter recebido nenhuma sugestão de acordo com a consulta feita aos Membros da Assembleia antes de fechar a proposta de Orçamento a apresentar à Câmara.

Sr. José Manuel Silvério do PS, pede ao Sr. Presidente da Mesa para responder à pergunta da Sra. Presidente.

Sr. Presidente da Mesa, não autoriza a intervenção.

Sra. Presidente da Câmara, continuando a sua intervenção diz parecer-lhe que todas as obras que estão incluídas no Orçamento são obras importantes e não lhe parece ser uma oportunidade perdida quando se está a utilizar uma oportunidade que está ao dispor para a canalizar para obras essenciais para as pessoas.

Ao contrário daquilo que foi dito pelo Sr. Membro José Manuel Silvério a Câmara Municipal tem tido ao longo dos anos muitas intervenções a nível do território do concelho, pelo que relembra algumas das mais importantes a nível da rede viária e viradas para espaços rurais. Também para o ano de 2009 estão previstas mais algumas em Lagameças, Palhota, Cabanas, Lagoinha, etc. Na ausência de argumentação de outra natureza se há coisa que não se pode dizer é que não é feita obra.

A intervenção da Câmara Municipal tem tido definição de prioridades ao contrário do que foi dito pela Sra. Membro Carla Oliveira. Ao mesmo tempo não entende a expressão "… que o Orçamento não reflecte inovação na formação e educação …". Refere que o papel da Câmara Municipal em formação é para os seus trabalhadores, quanto à educação é desnecessário repetir quais as responsabilidades da autarquia passando de imediato a referir algumas das intervenções que mudaram o rosto do parque escolar do concelho quer a nível das novas escolas quer de reabilitação de escolas. Só nos três anos do actual mandato foram feitas mais de sessenta intervenções nas escolas do concelho. Mais uma vez se há coisa que a incomoda ouvir, porque em sua opinião é profundamente injusta, é que não foi feita intervenção na área da educação.

Em matéria de definição de prioridades e de orientação estratégica gostaria de dizer que, ao longo destes últimos sete anos de mandato, não há ano nenhum em que os Srs. Membros da Assembleia possam apontar uma contradição relativamente às prioridades uma vez que são definidas de início e mantidas. Este Orçamento tem vinte e cinco por cento do investimento afecto à educação, quinze vírgula oito por cento afecto ao saneamento, doze por cento afecto à cultura e desporto, dez por cento à rede viária e sete por cento ao abastecimento de água. Tem sido este o conjunto das prioridades na educação, nas infra-estruturas e tentando manter o nível de investimento na cultura e desporto porque fazem parte dos investimentos estruturantes, não no território mas nas pessoas que são o recurso mais importante que qualquer território.

Gostaria de apresentar uma contradição relativamente à intervenção dos Srs. Membros Bracinha Vieira e Carla Oliveira. É que ambos têm visões diferentes sobre a cultura porque não é possível por um lado comparar Palmela com outros municípios dizendo que em Palmela não há nada e que nos outros municípios há tudo e por outro lado criticar o investimento na cultura.

Em sua opinião deverão ser utilizados os bons exemplos pelo que não critica Óbidos e Portalegre, mas a diferença fundamental é que há iniciativas em Palmela que são de referência nacional e talvez os Srs. Membros da Assembleia Municipal não as conheçam todas. Gostaria de referir as Janeiras, a Queima do Judas, a Festa das Vindimas, o FIAR, o FIG, o Festival do Queijo, Pão e Vinho, O Festival Internacional de Música, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó entre outras.

O castelo de Palmela discretamente, sem iniciativas de pico, regista regularmente e anualmente cerca de cem mil visitantes. As iniciativas referidas têm centenas de milhares de visitantes algumas delas e a Festa das Vindimas, apesar de não saber se deixou de ser referência no calendário da região, continua a registar centenas de milhar de visitantes com números fornecidos pelas forças de segurança.

É impossível dissociar um projecto de valorização e de afirmação de um território dum projecto de cultura e por isso tem que se aumentar o investimento na cultura, porque se isso for feito seguramente que se conseguirá dar mais visibilidade a alguns dos acontecimentos e ter novos acontecimentos que são muito importantes para a promoção das tradições, para formar novas culturas e atrair novos públicos.

A diferença fundamental entre Palmela e alguns dos projectos referidos é que no caso de Palmela os projectos não são contratados a uma grande empresa de eventos mas são feitos regra geral pelo movimento associativo e tem essa característica particular de não haver ninguém no movimento associativo local que não conheça, que não participe e que não dê uma mão em algumas das actividades referidas. Essa é a diferença fundamental entre comprar um grande

evento e fazer os eventos com as pessoas que cá estão. Esta é uma opção cultural e pode-se dizer que é uma opção política, ou seja este Executivo tem como opção política valorizar as culturas locais introduzindo novas formas e novas manifestações culturais mas trabalhando sempre com as pessoas da terra em primeiro lugar.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Membro Carlos Martins relativamente ao número de funcionários da DREL, que existem para tratar de tudo na área metropolitana de Lisboa, quer dizer que estão excluídos todos os assuntos relativos a transportes escolares, senhas, refeições, auxiliares dos jardins de infância, o funcionamento dos jardins de infância, as obras, a manutenção uma vez que são áreas da responsabilidade das Câmaras Municipais no 1º. Ciclo do ensino básico. Em sua opinião não há lugar a comparação entre aquilo que são as intervenções da DREL e as intervenções das autarquias. Aproveita para recordar que o Governo criou uma empresa, Parque Escolar, para intervir na área da construção e manutenção das escolas que são da responsabilidade do Ministério da Educação pelo que essa responsabilidade não está nos funcionários da DREL. Ao contrário a Câmara Municipal, nos seus mil trabalhadores, tem os trabalhadores que têm a responsabilidade de fazer os programas que lançam a concurso a construção de novas escolas, os que gerem o pessoal das escolas que são responsabilidade da autarquia, os que cumprem todas as outras funções na área da educação, os que cuidam da higiene urbana quer do ponto de vista da concepção de modelos quer da execução diária das recolhas, os operacionais que executam tudo o que tem a ver com saneamento e abastecimento de água e os técnicos que concebem, os que atendem os munícipes em todas as áreas que são da responsabilidade da autarquia, os que fazem projectos e auxiliam o Ministério da Cultura na área do património cultural, os que são responsáveis pelos mercados municipais e gerem o dia a dia, enfim uma panóplia de responsabilidades e trabalhadores para responder às mais diversas áreas. Em sua opinião é um pouco inapropriado comparar a DREL que tem uma função específica com uma Câmara Municipal. Sempre que se faz a comparação entre o número de trabalhadores e munícipes era muito importante não esquecer outro rácio que tem que ser estabelecido. Não é igual trabalhar num concelho com quatrocentos e sessenta quilómetros quadrados ou num com cento e cinquenta quilómetros quadrados porque são duas realidades completamente diferentes. Com um território tão vasto existe necessidade de haver trabalhadores deslocados para cumprirem funções onde seja necessário.

Em relação aos empréstimos gostaria de reafirmar aquilo que já tem sido dito em outras ocasiões, ou seja os empréstimos que foram decididos nos últimos anos só foram possíveis de concretizar nessa altura. Com a nova Lei das Finanças Locais e depois de ultrapassada a condicionante, que tinha sido colocada pela ministra Ferreira Leite, a propósito da capacidade de endividamento das autarquias é que foi possível recorrer ao crédito bancário não porque tivessem deixado de o ter mas sim porque a lei o impedia. Não utilizar esse recurso, que é um recurso de gestão, significaria falta de visão de gestão por isso o que está a ser feito actualmente é utilizar os recursos que estão à disposição da autarquia para investir. A Câmara de Palmela está a fazer uma coisa que é diferente daquilo que infelizmente uma parte significativa das câmaras é hoje forçada a fazer, ou seja a contracção de empréstimos tem como destino a realização de investimentos e não para pagar a fornecedores ou outro tipo de despesas. Deste modo têm toda a capacidade de, com estes empréstimos, manter alguns princípios básicos: primeiro o princípio da legalidade na medida que os empréstimos não comprometem a capacidade de endividamento

uma vez que continua a haver cerca de trinta por cento de disponibilidade; segundo o princípio de sustentabilidade da dívida uma vez que o nível de esforço vai ter um pico no ano 2010, ano mais crítico, e em 2011 o esforço será semelhante ao do ano de 2002 o que será sustentável do ponto de vista dos encargos.

Quanto às despesas de pessoal refere que decresceram em relação ao ano transacto. Apesar de não ter havido um crescimento significativo de trabalhadores houve uma transformação do quadro de pessoal. Por um lado houve um aumento de técnicos superiores, que corresponde a uma necessidade em muitas áreas, e por outro lado, dentro do que a lei permite, têm procurado valorizar os trabalhadores realizando as promoções que são possíveis e justas e reclassificações. Deste modo passaram com o aumento da tabela salarial que é de dois vírgula nove por cento, o aumento provocado pelas promoções e novas admissões e ainda o encargo que resulta das promoções que realizaram ainda durante 2008 e que vão ter maior incidência sobre o ano 2009. Apesar de terem havido picos nos últimos anos o trabalho extraordinário volta a decrescer e a segurança social e a caixa geral de aposentações que sobem sempre. Tudo isto são os encargos com pessoal que traduzem o comportamento que os Srs. Membros da Assembleia acabaram de referir.

De imediato solicita autorização ao Sr. Presidente da Mesa para o Sr. Vereador Adilo Costa intervir.

Sr. Vereador Adilo Costa, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à questão da promoção turística diz ter que haver alguma seriedade na relação entre poder local e poder central. Muitas vezes o poder local reivindica, reclama e exige mas também existe uma grande capacidade de cooperação em tudo aquilo que seja bem-vindo para o município. Refere-se concretamente à Rota dos Três Castelos, que envolvia os municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, que foi aprovada no Governo PSD pelo Sr. Ministro Carlos Tavares e que depois foi abandonada pelo Governo PS. Este é um caso concreto de aceitação ou não de algo que anteriormente estava mais do que prometido uma vez que estava protocolado.

Sr. Faustino Santos do PS, abandona os trabalhos pelas 01,25 horas.

Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia informa que o aumento é da ordem dos três vírgula setenta e sete por cento que é superior à taxa de inflação. Passa de um vírgula cento e oitenta e um milhões de euros para um vírgula duzentos e vinte e cinco milhões de euros, tratando-se de uma atenção redobrada da Câmara Municipal em relação às Juntas de Freguesia.

No que respeita aos gastos com publicidade, diz que tem a ver com toda a publicidade em jornais, publicação de concursos e fundamentalmente a publicação em Diário da República que aumentou desmesuradamente. A título de exemplo informa que o Regulamento de Saneamento a ser publicado em Diário da República custará onze mil euros. Uma medida que aparentemente é interessante por parte do Governo em relação aos consumidores que é aparecer todos os meses nas suas residências a facturação da água, duplicou a verba a gastar para a Câmara de Palmela e todas as autarquias. Há que ponderar como é que aparecem estas despesas e como é que duplicam.

Sr. António José Santos do PS, ausenta-se da sala pelas 01,26 horas.

A rubrica "outros" refere-se ao quartel da GNR, quinhentos mil euros, ao Centro de Juventude de Quinta do Anjo, trezentos e sessenta mil euros, aos arranjos dos espaços exteriores sem verdes no Castelo de Palmela.

Quanto à cultura, o aumento de um vírgula um milhões de euros implica a própria obra do Cine Teatro São João e não a realização de mais festas.

Em relação aos clandestinos e às obras de financiamento de imóveis têm valores residuais. Nos clandestinos é muito difícil colocar-se um valor muito grande porque toda a tramitação para derrubar grandes loteamentos clandestinos é complexa. A verba é suficiente para alguns dos processos que estão a decorrer, pelo que sendo concretizadas essas demolições o Orçamento será reforçado. As obras de financiamento de imóveis também têm um valor residual, uma vez que o valor que aparece destina-se a um imóvel junto ao Largo Marquês de Pombal que ainda está à espera que o INH defina qual a comparticipação do Estado. Não se pode colocar verbas muito elevadas porque não há elementos para as definir, uma vez que o município sozinho não pode avançar e só o fará com o Estado e com o dono do edifício. Se vier concretizado o apoio do INH a verba poderá ser revista para consolidar este tipo de operações.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 15 votos a favor da CDU, 7 votos contra (3 do PS e 4 do PSD) e 1 abstenção do BE. Aprovado em minuta.

Pelas 01,29 horas, o **Sr. António José Santos do PS** retoma participação nos trabalhos.

3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a proposta é bastante claro mas gostaria apenas de fazer uma pequena consideração uma vez que é a primeira vez que este tipo de proposta é apresentado.

Trata-se de uma obrigação que a partir de agora tem que ser feita anualmente juntamente com o Orçamento. A proposta está bastante discriminada e é acompanhada dos quadros obrigatórios que definem o conjunto dos recursos humanos existentes e aqueles para os quais se abrem possibilidade em relação ao próximo ano.

Termina dizendo que caso seja necessário se encontra disponível para possíveis esclarecimentos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. António José Santos do PS, em primeiro lugar lamenta o facto do Sr. Presidente da Mesa ter colocado o ponto anterior à votação sem a sua presença e informa que se encontra solidário com a posição tomada pela bancada.

Em relação ao Mapa de Pessoal para 2009 diz que a bancada do PS estranha que tenha sido criado uma figura denominada "lugares cativos" que não está prevista na lei pelo que gostaria de obter uma explicação sobre o assunto uma vez que em relação à sua intervenção no Orçamento a Sra. Presidente não respondeu a nenhuma das questões colocadas.

Outra situação que preocupa a bancada do PS é o facto da Câmara achar que não tem trabalhadores suficientes uma vez que, de acordo com os dados fornecidos, tem mil e quarenta e três lugares preenchidos e prevê a criação de mais sessenta e sete. Em Fevereiro do ano transacto foi feita uma reorganização dos serviços pelo que não compreendem muito bem a necessidade, se é esse o caso, de se criar mais sessenta e sete lugares. A preocupação prende-se com o facto da Câmara ter uma estrutura pesada e a sua estrutura orgânica se encontrar desadequada o que se reflecte num quadro de pessoal excessivo. Este facto tem sido constatado ano após ano que existem encargos que aumentam, nomeadamente com pessoal, e não lhes parece que tenha a ver só com o facto do aumento de remuneração mas também outros aspectos que influenciam directamente.

Com todos os aumentos noutras rubricas o Turismo continua a ser o "parente pobre" apesar de toda a boa vontade, disponibilidade e motivação que existe pensam que se poderia fazer mais em relação a esta área neste concelho.

Sr. Presidente da Mesa, passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, respondendo ao Sr. António José Santos diz que em relação ao Orçamento costuma descriminar todas as intervenções e a partir de um determinado momento englobou-as um pouco por pontos e escolheu algumas sem outro critério que não fosse o da relevância das mesmas.

Em relação às questões concretas deste ponto nomeadamente a dos lugares cativos refere que a lei nada diz em relação à questão dos trabalhadores que estão em duas situações. Os lugares cativos são tratados como: respeitando por um lado os trabalhadores que estão em lugares de direcção/chefia e que têm o seu lugar quando cessa a comissão de serviço e os trabalhadores que estando noutras entidades da administração pública em regime de requisição voltam à Câmara Municipal após cessarem a requisição. Deste modo o número de lugares cativos corresponde à contabilização destas situações.

Quanto à necessidade de admissão de mais trabalhadores encontra-se discriminado na proposta que existem sessenta e sete trabalhadores com mais de sessenta anos, a maior parte deles nas áreas operacionais onde de modo nenhum se pode prescindir do posto de trabalho. A expectativa da Câmara Municipal é que uma parte significativa destes trabalhadores passe à aposentação ainda durante o ano de 2009 pelos que existem postos de trabalho que terão que ser imediatamente substituídos. Existem ainda pelo menos cinquenta e seis trabalhadores nas áreas operacionais com algum tipo de incapacidade física.

Se a Câmara Municipal vier a aumentar o número de salas de pré-escolar como está previsto de acordo com as obras que estão em Orçamento haverá necessidade de ter uma auxiliar em cada sala. Se as vinte salas que estão previstas forem executadas significa ter que ter mais vinte auxiliares já para não falar do pedido de reforço na higiene urbana que tem défice de oito trabalhadores que não resultam de nenhuma insuficiência da estrutura orgânica mas sim da evolução normal do quadro de pessoal. Ainda assim há lugares que não foram preenchidos na sequência da implementação da estrutura orgânica enquanto que existem outras em que se têm que concretizar algumas contratações, de acordo com o estudo de monitorização após o primeiro ano de implementação. Com todas estas situações chega-se a esta identificação de necessidades que não corresponde necessariamente em termos de despesa.

Sr. José da Cruz Silvério da CDU, ausenta-se da sala pelas 01,37 horas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 15 votos a favor (14 da CDU e 1 do BE) e 8 abstenções (4 do PS e 4 do PSD). Aprovado em minuta.

Pelas 01,42 horas, o **Sr. José da Cruz Silvério da CDU** retoma participação nos trabalhos.

4 – Protocolos de Delegação de Competências e de Colaboração com as Juntas de Freguesia - Alterações

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, solicita autorização para a retirada da proposta uma vez que a mesma surgiu num determinado pressuposto de alteração ao Protocolo com a Junta de Freguesia de Marateca. Entretanto a situação foi alterada uma vez que foi solucionado um problema pendente com a transferência de trabalhadores para a Junta pelo que já não se justifica fazer o protocolo com a alteração prevista.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo nada a opor passa de imediato ao ponto seguinte.

5 – Projecto de Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sr. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

6 – Regulamento das Condecorações do Município de Palmela: Constituição da Comissão Municipal de Condecorações

Sr. Presidente da Mesa, diz que antes de passar a palavra à Sra. Presidente da Câmara gostaria de se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Refere que em conversa com a Sra. Presidente foi admitida a possibilidade de se clarificar o conteúdo da proposta, apesar de já ter sido aprovada em reunião de Câmara nos termos apresentados, uma vez que não irá contra o conteúdo da mesma.

Neste sentido e relativamente ao ponto no 1, propõem-se as seguintes alterações:

- onde se lê *"… 1 (um) representante da Câmara Municipal de Palmela, que presidirá à comissão…",* deverá ler-se *"… **A Presidente da Câmara Municipal de Palmela, que presidirá à comissão** …";*

- onde se lê *" … 5 (cinco) representantes da Assembleia Municipal de Palmela…"* deverá ler-se *"… **O Presidente da Assembleia Municipal de Palmela e 4 (quatro) representantes de cada um dos grupos nela representados**…";*

- onde se lê *"… 1 (um) representante de cada Junta de Freguesia do concelho de Palmela …"* deverá ler-se *"… **O Presidente de cada Junta de Freguesia do concelho de Palmela** …".*

De imediato pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sr. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que as alterações propostas são apenas do ponto de vista formal e a serem aceites pela Câmara Municipal terão que o ser em reunião de Câmara e voltar novamente à Assembleia. Em sua opinião a Assembleia Municipal não poderá fazer uma alteração a uma proposta de Câmara.

Sr. Presidente da Mesa, pensa que não haverá necessidade de voltar à Câmara e novamente à Assembleia mas se isso tiver que acontecer a proposta seguirá a tramitação legal.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz ter dúvidas em relação à representação da Assembleia Municipal pelo que gostaria de ser esclarecido. O que acontecerá se numa futura eleição, eventualmente, houver um partido novo que eleja um representante e se os representantes dos grupos são indicados pelos partidos ou eleitos.

Sr. Presidente da Mesa, em relação à primeira questão diz que se alterará o regulamento, quanto à segunda serão indicados pelos partidos. Aproveita a oportunidade para solicitar que procedam à indicação dos representantes até final da primeira semana de Janeiro.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que esta questão é muito importante porque se fossem eleitos poderia acontecer o mesmo que no Conselho Municipal de Segurança uma vez que estão há cerca de três anos a aguardar a eleição.

Sr. Presidente da Mesa, passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz não ter a certeza absoluta mas pensa que esta matéria é uma das que a Assembleia pode decidir e fazer alterações à proposta da Câmara e assim a Câmara terá que incorporar a alteração.

Pela parte da Câmara Municipal não vê qualquer obstáculo a que tal aconteça e caso a Assembleia entenda aprovar as alterações à proposta a mesma poderá ser levada a reunião de Câmara para ajustamentos. No entanto a decisão é tomada com a deliberação da Assembleia Municipal que automaticamente reverte sobre a Câmara onde será feita a informação que foi acolhida a decisão.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

7 – Projecto de Regulamento de Actividades de Animação Sócio-Educativa da Educação Pré-Escolar, rede pública

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. António José Santos do PS, diz que tendo em conta esta iniciativa irão, a nível de todo o país, ser beneficiados mais de setecentos mil alunos.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 24 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. António José Santos do PS, dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara diz que a bancada do Partido Socialista irá, através dos mecanismos internos do partido, fazer chegar a quem de direito as preocupações manifestadas pela Sra. Presidente ao Sr. Primeiro Ministro aquando do jantar realizado na Pousada do Castelo de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, antes de terminar os trabalhos aproveita para desejar a todos os presentes um óptimo ano de 2009 fundamentalmente com muita saúde.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 01,50 horas do dia 17 de Dezembro de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 17 de Dezembro de 2008